



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E
CIDADANIA

CAMILLA SOUSA LIMA

AGENCIAMENTO POLÍTICO AFROFEMINISTA E A PRODUÇÃO DE
SABERES EMANCIPATÓRIOS PARA MULHERES NEGRAS NO *INSTAGRAM*

Salvador – BA
2023

CAMILLA SOUSA LIMA

AGENCIAMENTO POLÍTICO AFROFEMINISTA E A PRODUÇÃO DE SABERES EMANCIPATÓRIOS PARA MULHERES NEGRAS NO *INSTAGRAM*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania, da Universidade Católica do Salvador, como requisito para obtenção do título de Mestra em Políticas Sociais e Cidadania.

Orientadora: Profa. Dra. Julie Sarah Lourau Alves da Silva

**Salvador – BA
2023**

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSAL. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

L7312 Lima, Camilla Sousa
Agenciamento político afrofeminista e a produção de saberes
emancipatórios para mulheres negras no Instagram / Camilla Sousa
Lima. – Salvador, 2023.
114 f.

Orientadora: Profa. Dra. Julie Sarah Lourau Alves da Silva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-
Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Políticas Sociais
e Cidadania.

1. Agenciamento Político Afrofeminista 2. Saberes Emancipatórios
3. Antirracismo 4. Mulheres Negras 5. Redes Sociais I. Silva, Julie
Sarah Lourau Alves da – Orientadora II. Universidade Católica do
Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 32-055.2(=414)

TERMO DE APROVAÇÃO

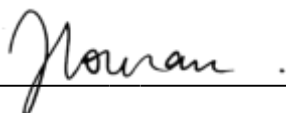
CAMILLA SOUSA LIMA

“Agenciamento político Afrofeminista e a produção de saberes emancipatórios para mulheres negras no *Instagram*”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 28 de julho de 2023.

Banca Examinadora:



Prof.^a Dr.^a. Julie Sarah Lourau Alves da Silva - UCSAL (orientadora)



Prof.^a Dr.^a. Ana Cláudia Gomes de Souza - UNILAB



Prof. Dr. Bas'lele Malomalo - UCSAL

Dedicado a todas e todos as/os invisíveis da nossa
sociedade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Nossa Senhora e Santa Rita de Cássia, guias que me ergueram e reergueram durante essa batalha.

A minha mãe que foi suporte. Sem ela, nada disso teria sido possível. À minha irmã, minha sobrinha e sobrinho, que concederam o entendimento de que minha família é razão para continuar lutando.

À professora Julie Lourau, por ter estado comigo nesta longa travessia, bem como aos Profs. Drs. Bas'Illele Malomalo e Ana Cláudia Gomes de Souza, que aceitaram participar dessa banca e compartilhar seus conhecimentos.

A Leila, Elisângela e Matheus por toda ajuda, nunca irei esquecer.

Por fim, mas não menos importante, aos meus ancestrais que lutaram pela liberdade, pelo direito de ser. Sem eles, eu não existiria.

“Se a primeira mulher que Deus fez teve força suficiente para virar o mundo de ponta-cabeça sozinha, essas mulheres juntas têm que conseguir pôr o mundo no lugar, na posição certa, de cabeça erguida de novo! E agora que elas estão pedindo pra deixar que façam isso, é melhor que os homens as deixem fazer.”

(TRUTH, 1851)

LIMA, Camilla Sousa. **Agenciamento político afrofeminista e a produção de saberes emancipatórios para mulheres negras no *Instagram***. 2023. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador. Salvador – BA, 2023.

RESUMO

Historicamente, a população negra tem sido subjugada no Brasil, sendo necessária muita força e resistência para enfrentar os mecanismos racistas que se instalam na sociedade. Frente a esse contexto, este estudo tematiza o agenciamento político afrofeminista e os saberes emancipatórios apresentados na rede social *Instagram*, tendo por objeto de estudo as redes sociais de dois coletivos de mulheres negras: Coletiva Negras Mahin – Coletiva de mulheres negras da Bahia e Abayomi – Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba. Problematiza-se, nesse sentido: se e de que modo as redes sociais de ambos os coletivos se constituem como estratégias de promoção de agenciamento político afrofeminista e saberes emancipatórios? Objetiva-se, desse modo, discutir se e como as redes sociais da coletiva Negras Mahin e do Coletivo Abayomi apresentam estratégias de promoção de agenciamento político afrofeminista e saberes emancipatórios. Para tanto, realiza-se um estudo de metodologia qualitativa e reflexiva, assente em revisão bibliográfica, pautado também na análise de conteúdo. O aporte teórico utilizado apresenta, majoritariamente, um viés decolonial, antirracista e baseado no feminismo negro e no feminismo decolonial. Como conclusões do estudo, evidencia-se que as redes sociais dos coletivos analisados apresentam discussões antirracistas que ensejam o agenciamento político afrofeminista e saberes emancipatórios, como meio de promover a emancipação e o empoderamento de mulheres negras.

Palavras-chave: Agenciamento político afrofeminista. Saberes emancipatórios. Antirracismo. Mulheres negras. Redes sociais.

LIMA, Camilla Sousa. Afrofeminist Political agency and the production of emancipatory knowledge for black women at *Instagram*. 2023. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador. Salvador – BA, 2023.

ABSTRACT

Historically, the black population has been subjugated in Brazil, requiring a lot of strength and resistance to face the racist mechanisms that are installed in society. Faced with this context, this study discusses the Afro-feminist political agency and the emancipatory knowledge presented in social networks, having as object of study the social networks of two collectives of black women: Coletiva Negras Mahin and Abayomi – Coletivo de Mulheres Negras na Paraíba. In this sense, it is problematized: if and in what way the social networks of both collectives are constituted as strategies to promote Afro-feminist political agency and emancipatory knowledge? The objective, therefore, is to discuss whether and how the social networks of the collective Negras Mahin and Coletivo Abayomi present strategies to promote Afro-feminist political agency and emancipatory knowledge. To this end, a study of qualitative and reflective methodology is carried out, based on a bibliographical review, also based on content analysis. The theoretical framework used has, for the most part, a decolonial, anti-racist bias based on black feminism and decolonial feminism. As conclusion of the study, it is evident that the social networks of the analyzed collectives present anti-racist discussions that give rise to Afro-feminist political agency and emancipatory knowledge, as a means of promoting the emancipation and empowerment of black women.

Keywords: Afrofeminism political agency. Emancipatory knowledge. Antiracism. Blackwomen. Social media.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Coletiva Negras Mahin (Instagram)	15
Figura 2	Coletiva Abayomi (Instagram)	16
Figura 3	A intelectual Cala Akotirene (Notícias Uol)	57
Figura 4	A venerável Mãe Stella de Oxóssi (UFBA)	59
Figura 5	Primeiras Postagens da Negras Mahin (Instagram)	72
Figura 6	Primeiras Postagens da Negras Mahin (Instagram)	74
Figura 7	Comemoração ao nascimento de Luiza Bairros (Instagram)	75
Figura 8	Comemoração ao nascimento de Luiza Bairros II (Instagram)	76
Figura 9	Postagem da Consciência Negra (Instagram)	80
Figura 10	Abolição para quem? (Instagram)	80
Figura 11	Direitos das domésticas I (Instagram)	83
Figura 12	Direitos das domésticas II (Instagram)	85
Figura 13	Direitos das domésticas III (Instagram)	86
Figura 14	Abayomi indica I (Instagram)	87
Figura 15	Abayomi indica II (Instagram)	88
Figura 16	Racismo religioso I (Instagram)	89
Figura 17	Racismo religioso II (Instagram)	90
Figura 18	Dia das mulheres I – Abayomi (Instagram)	92
Figura 19	Dia das mulheres II – Abayomi (Instagram)	92
Figura 20	Mês das mulheres I – Abayomi (Instagram)	95
Figura 21	Mês das mulheres II – Abayomi (Instagram)	95
Figura 22	Dia das mulheres – Negras Mahin (Instagram)	97
Figura 23	Dia das mulheres – Negras Mahin (Instagram)	98
Figura 24	Laudelina Melo (Instagram)	99
Figura 25	Vilma Reis (Instagram)	101
Figura 26	Webnário de mulheres negras	102
Figura 27	Letramento racial (Instagram)	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Legenda da postagem sobre Luiza Bairros, em 27 mar. 2021	77
Quadro 2	– Postagem sobre Zumbi e Dandara (20 nov. 2021).	79
Quadro 3	– Postagem “Abolição para quem?”	81
Quadro 4	– 27 de abril de 2021: Dia das trabalhadoras domésticas	83

LISTA DE SIGLAS

IG	Instagram
LC	Lei Complementar
MNSP	Movimento Negro de São Paulo
MNU	Movimento Negro Unificado
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda a Constituição
TEN	Teatro Experimental do Negro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPB	Universidade Federal do Pernambuco
UNICEF	United Nations Childrens Foundation

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	TEMA, PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	14
1.2	OBJETIVOS.....	18
1.3	DESENHO METODOLÓGICO.....	19
2	PANORAMA HISTÓRICO DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL E A CONSOLIDAÇÃO DO FEMINISMO NEGRO NO PAÍS.....	22
2.1	BREVES CONCEITUAÇÕES DE RACISMO.....	22
2.2	MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL E FEMINISMO NEGRO: A produção de mulheres negras.....	25
3	AGENCIAMENTO POLÍTICO AFROFEMINISTA E SABERES EMANCIPATÓRIOS PARA UMA FORMAÇÃO EPISTEMOLÓGICA ANTIRRACISTA.....	37
3.1	AGENCIAMENTO POLÍTICO.....	37
3.2	EPISTEMOLOGIAS NEGRAS: A PRODUÇÃO DE SABERES EMANCIPATÓRIOS.....	45
3.2.1	Saberes emancipatórios e epistemologias negras: produções de mulheres negras no Nordeste brasileiro	54
4	REDES SOCIAIS COMO ESPAÇO DE AGENCIAMENTO E EMANCIPAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NAS COLETIVAS NEGRAS MAHIN E ABAYOMI.....	64
4.1	REDES SOCIAIS E CIBERATIVISMO EM PERSPECTIVA EDUCACIONAL E POLÍTICA	64
4.1.1	Saberes emancipatórios no Instagram das Coletivas Negras Mahin e Abayomi	73
4.1.2	Agenciamento político afrofeminista no Instagram das Coletivas Negras Mahin e Abayomi	91
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	107

1 INTRODUÇÃO

No corrente ano de 2023, ao tomar posse no cargo de Ministro dos Direitos Humanos, no governo recém eleito de Luís Inácio Lula da Silva, Silvio de Almeida afirmou em seu discurso:

Como ministro de Estado, ousou dizer que o Brasil ainda não enfrentou a contento os horrores da escravidão, como outros traumas que se avolumam sobre nós, o que permite que a obra da escravidão se perpetue no racismo, na fome, no subemprego e na violência contra os homens e as mulheres pretas e pobres deste país. (ALMEIDA, 2023, n.p.).

Em análise similar à que fora proferida pelo ministro, em um artigo publicado em 2020, Nilma Lino Gomes afirma: “A luta contra o racismo e as desigualdades raciais, assim como a afirmação da identidade negra, são processos complexos, desafiadores e que precisam ser desenvolvidos de forma enfática, persistente e contundente.” (GOMES, 2020, p. 361). As análises desses intelectuais negros indicam que, no Brasil, para além de uma dívida histórica com o povo negro, que foi escravizado, há ainda fortes consequências da escravidão a imiscuir-se na organização da sociedade brasileira.

Como consequência desse processo indigno, entrecruzado à colonização do Brasil, as pessoas negras têm sido reiteradas vítimas de diversos tipos de violência no país. Dentre elas, podemos indicar o genocídio da juventude negra e pobre, o aprofundamento das desigualdades sociais, o racismo institucional e estrutural (ALMEIDA, 2019), a invalidação da identidade e da estética negra, a destinação de subempregos à população negra, altas taxas de feminicídio de mulheres negras, evasão escolar da população negra, entre tantos outros problemas sociais que atingem, de forma mais enfática, à referida população.

Todavia, esse contexto de inúmeras violências enfrentou (e continua a enfrentar) muita resistência por parte da população negra, de diversos modos – do aquilombamento dos corpos às palavras aquilombadas. Historicamente, nós, mulheres negras, temos sido alvo de ações violentas, originadas no processo de escravização a que fomos submetidas. Arrancadas à força dos países africanos em que vivíamos, fomos escravizadas no Brasil e objeto de inúmeras violações, tanto

físicas quanto simbólicas e psicológicas. Entretanto, nem mesmo um processo assim tão violento e racista nos tirou a força e a resistência que nos impulsiona à luta por melhores condições de vida.

Se já não há mais no Brasil a escravização de pessoas negras, tal como se deu no início, nós que somos descendentes dos que foram vitimizados por essa violência, ainda vemos cotidianamente na sociedade a reinvenção de mecanismos racistas que, novamente, trazem como alvo as pessoas negras. Todavia, a resistência histórica empreendida pelo Movimento Negro e por homens e mulheres negros(as) que se dispuseram a enfrentar as mazelas sociais por condições dignas para os seus descendentes afro-brasileiros tem possibilitado determinadas guinadas sociais, reinserindo essa população na rota dos Direitos Humanos e de uma vida com mais dignidade. Atualmente, um dos caminhos para essa conquista tem sido uma maior escolarização de mulheres negras, incentivadas à participação social e política, o que tem possibilitado, também nas redes sociais, a formação e a construção de saberes emancipatórios, cujos vieses adotados são antirracistas e agenciadores de empoderamento e autonomia para tais mulheres.

1.1 TEMA, PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

A partir do cenário apresentado anteriormente, esta pesquisa tematiza o agenciamento político afrofeminista e os saberes emancipatórios apresentados nas redes sociais, tendo por objeto de estudo as redes sociais de duas coletivas de mulheres negras: Coletiva Negras Mahin e Abayomi – Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba. Destacamos, nesse sentido, que ao utilizarmos o termo agenciamento político afrofeminista, nos referimos, em especial, às relações, organização e arranjos sociais que buscam, a partir do feminismo negro, capitalizar, promover e impulsionar demandas políticas concernentes às mulheres negras, em condição de protagonismo na vida social política. Entendemos, assim, que ações empreendidas por associações e coletivos de mulheres negras têm por base o pensamento teórico de outras mulheres negras, que compreendem os problemas e as vivências desse grupo populacional, indicando possíveis soluções teórico-práticas, com base em uma diretriz que interseccionaliza gênero e raça. Por sua vez, elucidamos que saberes emancipatórios é uma expressão

difundida, dentre outros autores, por Gomes (2020), em referência ao conjunto de saberes articulados pelo povo negro, visando à sobrevivência, resistência e emancipação dessa população.

Com base no tema eleito e no objeto de estudo escolhido, delineamos a seguinte problematização: se e de que modo as redes sociais das coletivas constituem estratégias de promoção de agenciamento político afrofeminista e saberes emancipatórios? No tocante aos nossos objetos de estudo, elucidamos que ambas são coletivas propostas e compostas por mulheres negras, situadas no nordeste brasileiro, com perfis ativos nas redes sociais. A coletiva *Negras Mahin* (figura 1), que se apresenta nas redes sociais generificando a palavra coletivo e, nesse caso, a transforma em um termo feminino – coletiva. Esse grupo reúne mulheres baianas negras, concentrando suas ações presenciais em Salvador – BA, mas também on-line, por meio das redes sociais *Instagram*, *YouTube* e *Linktree*. O nome coletiva “*Negras Mahin*” faz uma referência a Luisa Mahin, histórica personagem que, na condição de ex-escravizada africana, lutou ativamente na resistência negra do Brasil.

Por sua vez, a coletiva *Abayomi* (figura 2), também generificando a palavra coletivo, foi fundada e é protagonizada por mulheres negras, desenvolve suas ações em Campina Grande e região, na Paraíba, com perfis ativos no *Instagram* e *Linktree*. O nome dessa coletiva refere-se à história da boneca *Abayomi*, de origem iorubá, que significa aquele(a) que traz felicidade e alegria.

Figura 1 – Coletiva Negras Mahin (Instagram).



Fonte: Perfil @negrasmahin no Instagram.

Figura 2 – Coletivo Abayomi (Instagram).



Fonte: Perfil @abayomipb no Instagram.

É possível notarmos que ambas as coletivas trazem, desde seus nomes, o protagonismo negro para suas agendas e identidades. Essa percepção nos encaminha, desse modo, à proposição do presente estudo, dado que a inter-relação de agenciamento político afrofeminista, saberes emancipatórios e redes sociais, mais especificamente o *Instagram*, é tanto um debate social atual, bem como tem se apresentado como uma temática pertinente a ser tratada na academia. Isso se dá, especialmente, quando observamos como as redes sociais têm assumido um papel cada vez mais importante na organização da sociedade, promovendo inúmeras transformações sociais, bem como quando promovemos o entrecruzamento desses temas com o debate racial, assumindo uma abordagem antirracista.

Evidenciamos, ainda, que a justificativa para a proposição deste estudo, realizado por uma pesquisadora negra, tem igualmente um cunho pessoal – sobre o qual permito-me narrar, nesse momento, utilizando a primeira pessoa do singular, evidenciando também as subjetividades que me conduzem a este estudo. Afinal, para mim, é impossível falar de mulher negra, sem colocar as palavras em primeira pessoa, uma vez que eu sou uma mulher negra. Durante toda a minha vida na educação básica, que durou dos anos 1990 aos anos 2008, aprendi que negros e negras tinham sido escravos e escravas, sem muita discussão. Aprendi que não existiu uma vida

anterior à escravidão. Era como se ser escravo fosse uma condição inerente à população negra, que aceitou tranquilamente o seu destino e nunca lutou, nunca reagiu. Na escola, aprendi que a “liberdade”, coloco entre aspas porque os negros que foram libertos da escravidão não conheceram a liberdade, mas sim a marginalização, foi ofertada benevolmente pela princesa Isabel, salvadora de toda a população negra escravizada.

Em meio a esse ensino, mesmo morando em Salvador, conhecida por sua população negra, eu buscava observar onde estavam as outras pessoas negras iguais a mim. Estudando em colégios particulares, percebia que poucos colegas eram negros, tinha poucos docentes negros e, geralmente, os funcionários pretos e as funcionárias pretas estavam nas cantinas, no grupo da limpeza, mas não em cargos centrais de poder. Não estou, com isso, dizendo que esses serviços não são importantes, porque são e acredito nisso, mas o que eu, ainda adolescente, observava era porque apenas determinados tipos de corpos, com determinada cor de pele, ocupam esses e não aqueles espaços.

Pelas entrelinhas, o ensino das escolas buscava também me dizer que os locais onde eu estava não eram para mim. E isso se encaminhou, muitas vezes, também pela universidade e pós-graduação: o estranhamento no olhar e na fala de quem não consegue visualizar/entender que pessoas negras podem e devem ocupar todos os lugares sociais. Ocupando espaços majoritariamente brancos, sempre me foi perguntado: “você trabalha aqui?”. A pergunta causava incômodo. Oras, estou eu portando uma vassoura? Então por que essa moça me pede que recolha seu lixo? Estou de farda? Por que esse rapaz ordena que eu vá procurar o livro que ele precisa na biblioteca da Universidade? Por que é tão fácil, para determinadas pessoas, visualizar pessoas negras em condição de servilidade e externar isso sem pudor?

A percepção dessas e de outras questões sobre o que é ser uma pessoa negra e, mais especificamente, do que é ser mulher negra em nossa sociedade chegou, para mim, com o advento do *Facebook*. Ainda jovem, acompanhava as páginas voltadas para esse grupo. Todas as perguntas que eu carregava foram respondidas a partir daquelas páginas, me eduquei enquanto mulher negra e compreendi o espaço que nos foi relegado. Entendi também a maneira insubmissa que muitas mulheres negras tiveram e têm de rejeitar esse espaço e buscar ocupar todos os lugares. Hoje, em um outro momento, observo que as redes sociais, sobretudo as mais usuais no momento,

como o *Instagram*, o *TikTok* e o *YouTube*, têm exercido essa mesma funcionalidade de educar para emancipar, de agenciar politicamente em direção aos saberes construídos pelo povo negro.

Desse modo, justifico o desenvolvimento deste estudo a partir de uma perspectiva pessoal, todavia sem esquecer o quanto essa experiência particular é, também, coletiva. Os atravessamentos que me tomaram são aqueles que também continuam a atingir outras jovens negras, num mundo em que a comunicação cibernética torna tudo mais veloz, fugaz e, por vezes, mais intenso. Assim, entendo ser imprescindível desvelar o trabalho formativo, político e emancipatório que tem sido realizado por coletivos de mulheres negras, nas redes sociais. Trazer esse tema para a academia atende, ainda, acompanhando as discussões do feminismo negro e do movimento negro, a uma demanda social e acadêmica que envolve significativa parcela da sociedade brasileira, mas que, não raro, é invisibilizada em suas demandas, culturas, intelectualidades e reivindicações.

1.2 OBJETIVOS

Objetivamos, desse modo, de forma geral, discutir se e como as redes sociais da coletiva Negras Mahin e da Coletiva Abayomi apresentam estratégias de promoção de agenciamento político afrofeminista e saberes emancipatórios. Para tanto, delineamos como objetivos específicos:

- Apresentar um panorama histórico do Movimento Negro no Brasil e a consolidação do feminismo negro no país;
- Discutir agenciamento político afrofeminista e saberes emancipatórios para uma formação epistemológica antirracista;
- Abordar a rede social *Instagram* como espaço de educação e emancipação para mulheres negras, a partir das redes sociais da Coletiva Negras Mahin e da Coletiva Abayomi;
- Analisar as estratégias de promoção de agenciamento político afrofeminista e saberes emancipatórios nas redes sociais das Coletivas Negras Mahin e Abayomi.

1.3 DESENHO METODOLÓGICO

Buscamos realizar um estudo de metodologia qualitativa, assente em revisão bibliográfica e na análise de conteúdo direcionada às redes sociais, o que exige uma metodologia que envolva aspectos básicos da comunicabilidade, como indicam Fragoso, Recuero e Amaral (2011). Por sua vez, o aporte teórico utilizado apresenta, majoritariamente, um viés decolonial, antirracista e baseado no feminismo negro. Usaremos, para tanto, como procedimentos, a revisão sistemática de literatura, relacionada a conceitos fundantes para este estudo, e a análise crítica de conteúdo de redes sociais, como proposto por Fragoso, Recuero e Amaral (2011). As autoras, a partir de ferramentas que têm aporte na netnografia, defendem que o material apresentado nas redes sociais pode ser analisado também pelo conteúdo das postagens, quanto pela estrutura de cada rede, bem como pela interação com o público. Todavia, neste estudo, nos concentraremos no conteúdo das postagens realizadas pelos perfis analisados, observando como, a partir do *Instagram*, as coletivas Negras Mahin e Abayomi mobilizam conteúdos e estruturas próprias dessa plataforma para alinhar agenciamento e saberes emancipatórios.

Salientamos que, de acordo com Minayo, Deslandes e Gomes (2016, p. 14), a metodologia é muito mais que técnicas: “[...] inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).” Assim, este estudo buscará contemplar a revisão sistemática de literatura e a análise de conteúdo em redes sociais como técnicas de pesquisa, tendo por norte uma metodologia reflexiva. Cumpre esclarecer, desse modo, que a revisão sistemática de literatura vai além de relacionar o que foi publicado sobre a temática ou listar estudos anteriores de um determinado período. Tem como objetivo fazer um resgate crítico da produção teórica da problemática em questão, que, nesta pesquisa, relaciona-se a históricos problemas sociais relacionados ao povo negro, bem como a resistência e o enfrentamento a tais problemáticas. De acordo com Ghedin e Franco (2008, p. 121), resgate crítico é:

[...] estabelecer as diferentes perspectivas de análise, comentar as contradições que historicamente se organizaram em torno do assunto e como foram sendo superadas, identificar as rupturas que demarcaram novas perspectivas para a temática e, fundamentalmente, esclarecer as premissas do avanço que se pretende propiciar com a pesquisa atual.

A revisão sistemática de literatura contribui para justificar o tema investigado, além de identificar avanços e lacunas sobre a mesma temática, sinalizando para o melhor referencial teórico a ser utilizado como base. Com o referencial estabelecido, busca-se correlacioná-lo à análise de conteúdo em redes sociais, conforme proposta por Fragoso, Recuero e Amaral (2011), que, a partir do objeto de estudo, permite construir uma resposta ao problema de pesquisa apresentado. Além disso, a análise das redes sociais das coletivas Negras Mahin e Abayomi amplia a discussão pretendida, buscando evidenciar, neste caso, que as páginas do *Instagram*¹ dessas coletivas, que para além de sua proposta original, funcionam como um espaço virtual para discussões antirracistas que ensejam o agenciamento político afrofeminista e saberes emancipatórios, como meio de promover a emancipação e o empoderamento de mulheres negras.

Consideramos, nesse sentido, que a internet, atualmente, constitui “uma representação de nossas práticas sociais e demanda novas formas de observação, que requerem que os cientistas sociais voltem a fabricar suas próprias lentes, procurando instrumentos e métodos que viabilizem novas maneiras de enxergar.” (HALAVAIS, 2011, p. 13-14). A partir dessa premissa, nos voltamos à análise de conteúdo nas redes sociais, conforme proposto por Fragoso, Recuero e Amaral (2011). Essa abordagem metodológica pode estar inserida no âmbito da netnografia – que é, na contemporaneidade, o principal instrumento de pesquisa para as redes sociais. Contudo, se difere dos estudos netnográficos em razão do seu foco de análise, visto que, enquanto a netnografia concentra-se, sobretudo, nos processos de interação e de recepção do público, a análise de conteúdo das redes sociais está

¹ O Instagram é uma rede social online, criada por Kevin Systrom e Mike Krieger, baseada no compartilhamento de fotos, vídeos, *reels* e *snapgram* ou, mais popularmente chamado, *stories*. Em cada postagem, é possível adicionar legenda, que conta com cerca de até 2.500 caracteres, possibilitando que o conteúdo envolva texto, imagem e som (vídeo ou música), caso a pessoa assim deseje. Cada usuário tem um perfil, identificado por um @, e, desse modo, quando nos referimos a Instagram da coletiva Negras Mahin ou da Abayomi, aludimos ao perfil que cada coletiva tem nessa rede.

centrada no produto apresentado, na criação de conteúdo, independente de as publicações terem sido aceitas ou não pelos internautas (MEIRELLES, 2021).

De modo mais específico, o processo metodológico preconizado envolve a análise de postagens feitas nas redes sociais das coletivas Negras Mahin e Abayomi, em cujas publicações analisaremos o conteúdo publicado, que envolve tanto a imagem/vídeo quanto a legenda. Assim, recorreremos à análise de conteúdo nas redes sociais (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011), observando que essa técnica de pesquisa envolve delimitar o objeto a ser pesquisado, bem como as instâncias (ou categorias) que serão discutidas. Desse modo, estabelecemos duas categorias para análise: agenciamento político afrofeminista; e saberes emancipatórios. Selecionamos, dentre as publicações realizadas pelos coletivos, aquelas que estão especificamente direcionadas a essas categorias e, a partir daí, analisamos o conteúdo apresentado, buscando observar se e como tais agenciamento e saberes são promovidos, assim como suas finalidades. Em paralelo, o processo de revisão bibliográfica envolve a seleção, fichamento e resumo de materiais teóricos, a exemplo de livros, teses, dissertações e artigos publicados em revistas científicas, direcionados à temática deste estudo, cujas teorizações darão suporte à análise realizada.

Elucidamos, por fim, que o estudo está dividido em quatro capítulos, a contar com a presente introdução. Nesta, buscamos evidenciar tema, problema, objetivos, justificativa e metodologia que delineiam nosso estudo. Por sua vez, no segundo capítulo, intitulado “Panorama histórico do Movimento Negro no Brasil e a consolidação do feminismo negro no país”, apresentamos um breve panorama sobre o movimento negro educador no Brasil e o desenvolvimento do feminismo negro na sociedade brasileira. No terceiro capítulo – “Agenciamento político afrofeminista e saberes emancipatórios para uma formação epistemológica antirracista” – tratamos sobre epistemologias antirracistas, as quais evidenciam um agenciamento político afrofeminista que embasa os saberes emancipatórios. Já no quarto capítulo, denominado “Redes sociais em perspectiva educacional e política”, nos dedicamos a analisar se e de que modo as redes sociais dos coletivos Negras Mahin e Abayomi apresentam estratégias de agenciamento político e saberes emancipatórios, contribuindo para a educação e a emancipação de mulheres negras. Por fim, nas considerações finais, evidenciamos os resultados do nosso estudo.

2 PANORAMA HISTÓRICO DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL E A CONSOLIDAÇÃO DO FEMINISMO NEGRO NO PAÍS

Retomando o discurso de posse do ministro Silvio Almeida (2023, on-line), em dado momento ele disse: “[...] quando falo de passado, estou falando daquilo que somos e podemos ser: não se trata do passado que nos aprisiona, mas daquele que nos serve como catapulta em direção ao presente e também nos lance em direção ao futuro.” A partir das palavras e análise do discurso desse intelectual, evidenciamos que é fundamental trazer ao conhecimento público as histórias, memórias e saberes de resistência criados pela comunidade negra, e isso passa por conhecer os mecanismos racistas que movem a sociedade, bem como a resistência do movimento negro e do feminismo negro. Conhecer tais aspectos pode ser visto como uma forma de emancipar e formar a população negra, sobretudo jovens e mulheres, de impulsioná-los a outros futuros, apresentando novas possibilidades. Dessa forma, nesse capítulo, buscamos discutir racismo, movimento negro e feminismo negro, visando a uma abordagem antirracista e emancipatória, sobretudo para mulheres negras.

2.1 BREVES CONCEITUAÇÕES SOBRE RACISMO

A configuração do racismo no Brasil se dá de maneira curiosa: ele está enraizado na estrutura da sociedade brasileira, entretanto, por termos uma legislação ainda frágil quanto à discriminação racial e em razão do mito da democracia racial, é possível dizermos que o racismo no Brasil se tornou, em termos de imaginário social, algo constantemente contestável, como se fosse inexistente. Sobre esse aspecto, Djamila Ribeiro assevera que:

É preciso identificar os mitos que fundam as peculiaridades do sistema de opressão operado aqui, e certamente o da democracia racial é o mais conhecido e nocivo deles. Concebido e propagado por sociólogos pertencentes à elite econômica da metade do século XX, esse mito afirma que no Brasil houve transcendência dos conflitos raciais pela harmonia entre negros e brancos, traduzida na

miscigenação e na ausência de leis segregadoras. (RIBEIRO, 2019, p.18-19).

O mito da democracia racial, desenvolvido por Gilberto Freyre, pode fazer parte do imaginário brasileiro, entretanto, a realidade é bastante diferente. O Atlas da Violência² de 2021 apontou que a população negra continua sendo a grande maioria entre vítimas de homicídio. A Organização Criola³ denunciou que, no Brasil, em 2020, a taxa de morte materna⁴ entre mulheres negras é de 62% contra 35,6% entre mulheres brancas. Entendemos, assim, que sociedade brasileira se desenvolveu (e continua a se desenvolver) a partir de um projeto colonizador eurocentrado, fundado na branquitude e no racismo. Isso implica que a população negra tem sido, historicamente, alvo de reiterado preconceito racial, tanto de modo estrutural quanto institucional, como indica Almeida (2019). O racismo, em suas muitas formas de manifestação, alimenta desde políticas de mortes, como o genocídio da juventude negra, em curso no país, a, até mesmo, o racismo epistêmico, que visa apagar ou invisibilizar a produção intelectual, artística e cultural de pessoas negras.

Sobre o racismo, o professor doutor Kabengele Munanga analisa:

O racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido por traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. (MUNANGA, 2004, n.p.).

O racismo no Brasil é um fenômeno institucional, uma vez que, “as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos” (ALMEIDA, 2019, p. 35). Por sua vez, é estrutural, pois “é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’

² É um portal que reúne, organiza e disponibiliza informações sobre violência no Brasil, bem como reúne publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre violência e segurança pública.

³ Organização da sociedade civil que promove o direito das mulheres negras.

⁴ Morte materna, segundo o governo federal brasileiro, refere-se à “morte de mulheres durante a gestação ou 42 dias após o término da gravidez, devida a qualquer causa relacionada com ou agravada pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela, porém não devida a causas acidentais ou incidentais.” Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste>. Acesso em: 21 jul. 2023.

com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.” (ALMEIDA, 2019, p. 41).

Para a pesquisadora Grada Kilomba (2019, p. 71),

O racismo é uma realidade violenta. Por séculos, ele tem sido fundamental para o fazer político da Europa, começando com os projetos europeus de escravização, colonização e para a atual ‘Fortaleza Europa’. No entanto, o racismo é, muitas vezes, visto como um fenômeno periférico, marginal aos padrões essenciais de desenvolvimento da vida social e política e ‘de alguma forma localizado na superfície de outras coisas’ (Gilroy, 1992, p. 52), como uma ‘camada de tinta’ que pode ser ‘removida’ facilmente. Essa imagem da ‘camada de tinta’ ilustra a fantasia predominante de que o racismo é ‘algo’ nas estruturas das relações sociais, mas não um determinante dessas relações. De modo tendencioso, o racismo é visto apenas como uma ‘coisa’ externa, uma ‘coisa’ do passado, algo localizado nas margens e não no centro da política europeia.

Ao discutir e denunciar o racismo como um instrumento que é determinante das relações sociais, Kilomba (2019) enfatiza como esse preconceito é uma das principais estratégias políticas de dominação (e colonização) europeia. Nesse sentido, em perspectiva colonialista, o racismo continua a ser um elemento de poder e dominação utilizado pelas elites locais (incluindo a brasileira), como forma de manter os seus privilégios. Almeida, por sua vez, destaca que a manutenção desses privilégios se dá a partir do racismo institucional e do estrutural. Ao diferenciá-los, ele analisa que, na conjuntura institucional, o racismo “[...] não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça.” (ALMEIDA, 2019, p. 26). Conforme esse jurista discute, as instituições têm sido hegemônicas por grupos racializados, os quais “[...] utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.” (ALMEIDA, 2019, p. 27).

Quando falamos em racismo institucional e estrutural estamos nos reportando à opressão ligada a cor, mas também da desigualdade social, da pobreza que tem cor nesse país. É por meio desse racismo que a pobreza, o encarceramento e a marginalização entre a população negra são perpetuados. Cor e classe social encontram-se conectadas historicamente no Brasil. As lutas de mulheres negras estão historicamente ligadas à sociedade brasileira. Em qualquer parte da história desse

país, estarão o sangue, o suor, as lágrimas e a força das mulheres negras. De Aqualtune⁵, Luiza Mahin⁶ a Dandara dos Palmares⁷, a mulher negra resistiu e resiste aos mecanismos de opressão que subalternizam, desumanizam e as violentam diariamente.

Mesmo após a suposta abolição da escravatura, que em realidade não trouxe preocupação alguma com a população negra, ainda na atualidade as pessoas pretas sofrem diretamente as consequências desse período, sobretudo no que concerne ao predomínio do racismo no país e à ausência de políticas públicas que fomentassem melhores condições de vida a essa população. Há, sem dúvida, como fruto das lutas do Movimento Negro e de uma política de reparação, conquistas como a implementação da Lei de Cotas, que, “pela experiência de outros países, se afirmou como um instrumento veloz de transformação, sobretudo no domínio de mobilidade socioeconômica” (MUNANGA, 2003, p. 34).

Ademais, no âmbito da educação básica, a aprovação da Lei 10.639/2003, que institui o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas da educação básica, também é um exemplo de política pública que tem origem no seio do Movimento Negro brasileiro. Essas e outras conquistas provêm de muita luta dos movimentos sociais e da resistência deliberada contra o racismo e o genocídio da população negra, alvo de constantes políticas de higienização social.

2.2 MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL E FEMINISMO NEGRO: A produção de mulheres negras

O movimento negro no Brasil é um movimento social que luta pela igualdade racial e pelos direitos dos negros. Tem raízes históricas que remontam à escravidão e à luta pela abolição da escravatura no Brasil, tendo como objetivo lutar contra o racismo e a discriminação racial, promovendo a igualdade de direitos e oportunidades para todos os brasileiros. Historicamente, é possível analisar que,

⁵ Princesa guerreira oriunda do Congo. Comandante do maior Quilombo do Brasil: O quilombo dos Palmares.

⁶ Figura heroica da Revolta dos Malês de 1835 que ocorreu na cidade de Salvador

⁷ Símbolo de resistência. Esposa de Zumbi dos Palmares. Quilombola guerreira e líder dos Quilombo dos Palmares.

O fato de serem libertados por força da lei não garantia aos negros os mesmos direitos de fato e todas as oportunidades dadas aos brancos em nosso país, sobretudo, às camadas mais ricas da população. Por isso, além de libertação oficial, instituída em lei, os negros brasileiros após a abolição tiveram que implementar um longo e árduo processo de construção de igualdade e de acesso aos diversos setores sociais. (MUNANGA; GOMES, 2004, p.107).

A população negra jamais aceitou passivamente a situação de escravidão imposta a si. Ontem e hoje, o movimento negro no Brasil reivindica seu espaço na sociedade. Nos últimos anos, com a criação de organizações e movimentos sociais que lutam pelos direitos das pessoas negras, a partir da realização de diversas ações, como campanhas de conscientização, manifestações, protestos e, ações judiciais mais espaços estão sendo ocupados e discussões trazidas à baila.

Conforme analisado por Gomes (2011), o movimento negro no Brasil tem sua origem por volta do século XIX, quando os escravizados começaram a lutar por sua liberdade. Da Revolta da Chibata, datada do século XX, à Frente Negra do Brasil e Teatro Experimental do Negro (TEN), o movimento negro foi se desenvolvendo e ganhando força. A criação de organizações e grupos que lutavam pelos direitos dos negros, sendo também influenciado pelo movimento negro norte-americano, que lutava pela igualdade racial, foi de grande relevância. A partir da década de 1960, o movimento negro brasileiro ganhou força com a criação de organizações como o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Movimento Negro de São Paulo (MNSP). Essas organizações lutaram por direitos civis, educacionais e políticos para a população negra brasileira.

De acordo com Gomes (2011, p. 134-135),

O movimento negro brasileiro tem se destacado na história do nosso país como o sujeito político cujas reivindicações conseguiram, a partir do ano 2000, influenciar o governo brasileiro e os seus principais órgãos de pesquisa, tais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse reconhecimento político tem possibilitado, nos últimos anos, uma mudança dentro de vários setores do governo e, sobretudo, nas universidades públicas, como, por exemplo, o processo de implementação de políticas e práticas de ações afirmativas voltadas para a população negra.

Frente a esse breve panorama sobre o Movimento Negro no Brasil, que comporta variadas ramificações, destacamos que, no Brasil, pensadoras, ativistas negras do Movimento Negro e movimento feminista já se envolviam nessa luta desde o seu início. Elas compreendiam e faziam reivindicações a partir das três vias que se interseccionavam em suas vivências: raça, gênero e classe. A mulher negra esteve no seio do movimento negro, lutando contra o racismo e a desigualdade social. A mulher negra também esteve no seio do movimento feminista branco hegemônico, lutando contra as opressões oriundas do patriarcado.

Entretanto, dentro do movimento negro, o gênero não era o centro das reivindicações, pois “[...] acabaram produzindo formas de opressão internas, à medida que se silenciavam diante de situações nas quais racismo e sexismo se intersectavam, posicionando as mulheres negras em uma situação bastante desvantajosa em seu interior.” (RODRIGUES; FREITAS, 2021, p. 5). No feminismo branco hegemônico, raça não estava em pauta, “muitas vezes éramos consideradas ‘agressivas’ ou ‘não feministas’ porque sempre insistíamos que o racismo e suas práticas devem ser considerados na luta feminista.” (GONZÁLEZ, 2020, n.p.). Onde então deveria se colocar a mulher negra e todas as suas vias identitárias? Nas palavras de Carla Akotirene:

Ainda é muito comum se dizer que o feminismo negro traz cisões ou separações, quando é justamente o contrário. Ao nomear as opressões de raça, classe e gênero, entende-se a necessidade de não hierarquizar opressões, de não criar, como diz Angela Davis, em *Mulheres negras na construção de uma nova utopia*, ‘primazia de uma opressão em relação a outras’. Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual. Logo, é pensar projetos, novos marcos civilizatórios, para que pensemos um novo modelo de sociedade. Fora isso, é também divulgar a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm fazendo resistência e reexistências. (AKOTIRENE, 2019, p.11).

Entre as décadas de 1970 e 1980, durante a ditadura militar no Brasil, as mulheres negras brasileiras estavam em luta junto ao Movimento Negro e o movimento feminista. O Movimento Negro ignorava a desigualdade de gênero e o movimento feminista trazia uma visão elementar de igualdade entre as mulheres. Nesse período, grandes pensadoras emergiram e fizeram ecoar entre os dois

movimentos a necessidade de interseccionar identidades. Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, entre tantas outras, foram fundamentais para enegrecer o feminismo.

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil. (CARNEIRO, 2003, p.118).

O “Manifesto das mulheres negras”, datado de 1975, documento que denunciava a exploração e opressão infligidas às mulheres negras, foi o primeiro documento de uma série de posicionamentos formais de feministas negras contra o feminismo branco (RODRIGUES; FREITAS, 2021). Nos anos posteriores, o feminismo negro foi se fortalecendo em território brasileiro com o nascimento de diversos grupos de mulheres, entre os quais podemos citar: Nzinga-Coletivo Mulheres Negras, de 1983, de extrema importância para ecoar vozes femininas negras; Mulheres Negras do Espírito Santo, de 1987; e Geledés – Instituto da mulher negra, de 1988. Podemos observar que, ainda que o posicionamento formal contra o chamado “feminismo hegemônico branco” tenha ocorrido em 1975, somente depois de 1980 visualizamos a construção de autonomia do feminismo negro no Brasil.

Rodrigues e Freitas (2021) sinalizam a importância de Lélia Gonzalez na consolidação do feminismo negro no país, uma vez que a autora, ao mesmo tempo que transitava entre os movimentos negro e feminista, criticava ambos, salientando a importância que deveria ser dada às diversas formas de opressão que perpassavam as mulheres negras. Para além disso, González foi a primeira coordenadora do periódico Nzinga-coletivo de mulheres negras. O periódico que tinha o mesmo nome do Coletivo citado acima, circulou entre 1985 e 1989. O objetivo desse jornal era “colaborar para que a realidade das mulheres negras se transformasse, o coletivo Nzinga colocava-se em defesa desse segmento populacional.” (RODRIGUES; FREITAS, 2021, p.10).

Rodrigues e Freitas (2021), apontam a força do feminismo negro no Brasil apresentando o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe que aconteceu em Bertioga, São Paulo, 1985. Na ocasião, 850 mulheres se inscreveram para o encontro, 116 delas se autodeclararam negras. Entretanto, um grupo de mulheres negras que vieram do Rio de Janeiro, pediu para participar. Apesar de informar que não possuía meios para pagar pela participação no encontro, a entrada desse grupo foi negada pela organização do evento. Essas mulheres negras, não fugindo à tradição de lutas e reivindicações, fizeram protesto na frente do hotel em que ocorria o encontro, gerando conflito.

Conforme a descrição de Rodrigues e Freitas (2021), em 1988, ocorreu o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, que aconteceu em Valença, Rio de Janeiro. 450 mulheres de diferentes estados compareceram. No encontro, debateu-se temas que estavam ligados às especificidades das vivências de mulheres negras. Temas como a história da mulher negra em África e no Brasil; políticas de controle de natalidade; violência, cultura e estética, foram debatidos nesse encontro. Na década seguinte, o movimento feminista negro no Brasil apoderou-se de uma forma de ativismo diferente. Durante toda a década de 1990, houve a multiplicação de organizações não-governamentais (ONG'S) feministas negras, a exemplo da Geledés. A Rede de Mulheres Afro-Latina-Americanas e do Caribe, que foi fundada em 1992, e por fim, a participação de feministas negras em conferências da Organização das Nações Unidas marcam o esforço empreendido para conseguir, “potencializar a incidência política das mulheres negras institucionalmente” (RODRIGUES; FREITAS, 2021, p.12).

É possível perceber a mudança no tom do ativismo negro feminino brasileiro, que entre os anos 1970 e 1980 assume uma militância dividida entre dois segmentos, mas durante a década de 1990, apropria-se de “discursos e práticas de transformação para uma ampla variedade de arenas socioculturais e políticas.” (ALVAREZ, 2000, p.391-392 apud RODRIGUES; FREITAS, 2021, p.13). Além disso, a referida década traz consigo uma mudança no cenário internacional que foi de extrema importância para discussões de gênero e raça: o chamado Giro Multicultural, que foi implantado na década de 1980, promovendo mudanças legislativas em diversos países da América Latina e Caribe. A partir desse movimento, populações afrodescendentes alcançaram maior visibilidade e reconhecimento. Ao longo desse período, o

movimento feminista negro alcançou pluralidade e foi globalizado a partir de uma perspectiva latino-americana e caribenha.

Novos repertórios foram se construindo e com eles, novas reivindicações. Salientamos a luta pelo direito reprodutivo da população negra feminina, que viu no Estado um instrumento de genocídio da população negra ao promover esterilização em massa para essa população como forma de controle de natalidade. Desse momento, nasce a Declaração *de Itapeverica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras*, construção e decisão política de mulheres negras brasileiras sobre os próprios corpos e direitos reprodutivos. Em 1996 foi promovida, pelo Ministério da Saúde, uma mesa redonda sobre a saúde da população negra; em 1997 o governo formulou o Programa para Saúde da População Negra (RODRIGUES; FREITAS, 2021).

A conferência de Durban, de 2001, apresenta-se como um evento de extrema importância, “por ser a ocasião na qual se materializou a estratégia das ativistas negras brasileiras de incidir politicamente em instituições formais do Estado e na elaboração de políticas públicas” (RODRIGUES; FREITAS, 2021, p. 20). Após a Conferência de Durban e aprovação da Declaração e do Programa de Ação de Durban, as reivindicações foram construídas durante a Conferência Preparatória Regional, que ocorreu em Santiago, Chile, e tiveram grande influência de mulheres negras brasileiras no que diz respeito a necessidade de ações afirmativas.

A mulher negra tem estado historicamente na luta antirracista e pelo fim das desigualdades gênero e classe. No seio do movimento negro e no seio do movimento feminista marcado por uma visão hegemônica de gênero, visão esta que não contempla os recortes de raça e classe, esteve e está a mulher negra. O movimento negro no Brasil foi um grande educador no que diz respeito à identidade racial. A efetiva inserção das mulheres negras no Movimento Negro e no Feminismo possibilita a construção de uma luta direcionada pelo recorte racial, interseccionando gênero e raça nas demandas a serem discutidas.

Destacamos, nesse sentido, que em nossa perspectiva, a atuação do feminismo negro no Brasil tem sido fundamental para a promoção da igualdade de gênero e a desconstrução de estereótipos e preconceitos que afetam as mulheres negras, seja por sua luta junto ao movimento negro, seja nas ações sociais empreendidas por grupos de mulheres negras feministas. Isso ocorre em razão de o

feminismo negro surgir/atuar como uma resposta à invisibilidade das mulheres negras nas pautas feministas predominantes, que normalmente privilegiam questões relacionadas a mulheres brancas de classe média.

Como indicado por Lélia González (1988, p. 13), “[...] o que geralmente se constata, na leitura dos textos e da prática feminista, são referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial.” Desse modo, o feminismo negro busca romper com a hegemonia branca e promover a interseccionalidade de raça, gênero e classe social, contemplando aquelas que foram sistematicamente excluídas do protagonismo social. Em sua análise, González destaca:

É importante insistir que no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano. (GONZÁLEZ, 1988, p. 17).

González (1988), em seu artigo, indica como raça, gênero e classe social se interseccionam na vida de mulheres negras, sobretudo as proletárias, no contexto latino-americano – ou amefricano, como a autora denomina. O feminismo negro, nesse viés, vai contribuir para a ampliação do debate sobre o racismo estrutural e a forma como ele se manifesta na vida das mulheres negras. Para Katiane Almeida (2019), a partir desse enfoque, o feminismo negro enfatiza a importância de compreender as múltiplas opressões enfrentadas por essa parcela da população e como elas se sobrepõem às questões de gênero.

Além disso, entendemos também que o feminismo negro tem se dedicado a reimaginar e resgatar a história das mulheres negras no Brasil, buscando valorizar suas lutas e conquistas e trazer à tona as vozes silenciadas pelo racismo e pelo sexismo, como fazem a coletiva Negras Mahin e a coletiva Abayomi. Essa perspectiva histórica é essencial para desconstruir os estereótipos e as representações negativas que historicamente foram atribuídas às mulheres negras, como analisam Akotirene

(2019) e Gomes (2020), o que também já era discutido por uma das precursoras do feminismo negro, que é Lélia González, em 1984.

No que diz respeito às ações do feminismo negro no Brasil, destacamos o papel dos coletivos e movimentos sociais que têm se organizado em prol da representatividade e da valorização das mulheres negras. Esses espaços fornecem um ambiente seguro para que as mulheres negras possam compartilhar suas experiências e reivindicar seus direitos, além de promoverem a conscientização sobre a interseção entre raça e gênero, bem como de classe social. Nesse processo, a atuação de intelectuais e artistas negras tem contribuído para a disseminação das pautas do feminismo negro por meio de livros, palestras, músicas e outras formas de expressão cultural. Essas mulheres estão na linha de frente na produção de conhecimento, na elaboração de teorias e na propagação do ativismo feminista negro, contribuindo com importantes demandas sociais concernentes à população negra.

Destacamos, neste estudo, que uma das principais contribuições sociais que advêm da articulação entre feminismo negro e movimento negro está no âmbito da educação, a qual se relaciona diretamente à proposição dos saberes emancipatórios – objeto de análise e discussão nesta dissertação. Das políticas públicas direcionadas à população negra no âmbito educacional, entendemos que são fundamentais a Lei de ensino afro-brasileiro na educação básica e a Política de cotas étnico-raciais, as quais tiveram à frente o trabalho realizado, por exemplo, por Nilma Lino Gomes, que é uma intelectual negra, ativista, feminista, educadora e, dentre outras atribuições, foi ministra de estado aqui no Brasil.

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil à época, promulgou a Lei nº 10.639, em 9 de janeiro de 2003, instituindo a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira. Por sua vez, 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou e publicou as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras. Esses são dois marcos importantes na constituição de uma Educação para as relações étnico-raciais, visto que possibilitam não apenas uma revisão das práticas docentes, mas também instituem, em nível nacional, a obrigatoriedade de que o ensino seja revisto, por mais que esse seja um processo lento – inclusive, em razão do racismo estrutural e institucional, que tende a desmerecer tais culturas (GOMES, 2020).

Por sua vez, em agosto de 2012, no governo de Dilma Rousseff, foi sancionada a Lei nº 12.711/2012, a qual garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia, a alunos oriundos integralmente do ensino médio público. Desse total, um percentual se destina aos negros, aos quilombolas e aos indígenas. A princípio, essa Lei abrangia apenas as universidades e institutos federais. Contudo, a partir da adoção do Exame Nacional do Ensino Médio como forma única de ingresso nas universidades federais e estaduais, em sua maioria, essa política também se estendeu para a maior parte das universidades estaduais. Essa política de acesso, que completou 10 anos em 2022 e foi renovada no corrente ano de 2023, mostrou-se fundamental para o crescimento da educação superior no Brasil, bem como para a qualidade do ensino e do incentivo à pesquisa no Brasil.

As diretrizes da política de cotas raciais, nesse sentido, situam-se no campo das políticas de reparações, de reconhecimento e valorização dos negros, possibilitando a essa população o ingresso, a permanência e o sucesso na educação escolar. Envolve, portanto, ações afirmativas no sentido de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisições de competências e conhecimentos tidos como indispensáveis para a atuação participativa na sociedade. O ideário desta política pública somente poderá ser efetivado se, dentre inúmeras outras questões, houver uma mudança nos processos educativos do ensino brasileiro, o que reforça a necessidade de uma educação para as relações étnico-raciais (GOMES, 2019).

É preciso pontuar, contudo, que a implementação dessas políticas públicas gerou e ainda gera, no país, fortes reações a essas políticas, em especial às cotas, originando posicionamentos tanto favoráveis quanto contrários a elas. O grande problema, entretanto, é que a postura contrária veio, de modo geral, permeada por manifestações muito racistas, as quais ganharam força e visibilidade na internet. Dessa forma, entendemos que o combate ao racismo, bem como a implantação das políticas públicas que visem a inserção social das populações menos favorecidas econômica e socialmente, devem ter lugar de destaque nos governos. Nesse sentido, o feminismo negro contribui para ampliar o debate e publicizar como a implementação dessas políticas auxilia na propagação de saberes emancipatórios e de agenciamentos políticos afrofeministas, contribuindo positivamente com a realidade de mulheres negras e de seus descendentes.

Entendemos que a força de atuação do Feminismo Negro, junto com o Movimento Negro, dessa vez em perspectiva mais direta com a juventude negra do Brasil, possibilitou também a criação e a aprovação do Decreto Presidencial de nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010), cujo conteúdo versa sobre garantia do direito social à educação formal, privilegiando estudantes negros e negras de classes sociais mais desfavorecidas economicamente. Esse Decreto viabiliza o acesso de estudantes pertencentes a famílias com acentuada pobreza material, a permanecerem com matrícula nos estabelecimentos de ensino federal. Garantir que esses estudantes sejam contemplados e beneficiados por essa política de assistência leva ao compromisso de garantir e efetivar direitos de estudantes negros e negras para conclusão do processo ensino-aprendizagem emancipatório que estimule seu protagonismo e materialize sua cidadania, estimulando ao exercício crítico discente e ao respeito quanto às questões de raça e gênero, que estão imbrincadas ao processo educacional das/dos estudantes.

Em recente pesquisa realizada, foi divulgado que a política de cotas tem contribuído para ascensão da juventude negra com renda familiar *per capita* de até 1,5 salários mínimos, como apresenta a pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fiocruz (2022). Contudo, se, por um lado, temos esse cenário favorável à juventude negra e de classe social trabalhista, inegavelmente a sociedade ainda é marcada pelo racismo estrutural e institucional, como indica Almeida (2019). Nesse sentido, o racismo continua a ser um elemento de poder e dominação utilizado pelas elites locais no Brasil, como forma de manter os seus privilégios.

Para além do racismo, as/os discentes podem ser também atravessados por questões de gênero, sendo as mulheres negras aquelas que sofrem mais violências de gênero (Vigano; Laffin, 2019), incidindo sobre elas a violência do racismo e a de gênero. Nesse sentido, Almeida (2013) analisa sobre os efeitos sociais das discriminações advindas de preconceitos raciais e de gênero:

Chamo a atenção para a força viva das práticas discriminatórias, pois estas atitudes são aliadas do conservadorismo e também responsáveis por naturalizar as diferenças e transformá-las em desigualdades. E, nesse curso, a naturalização do que é histórico ganha legitimidade pelo poder hegemônico e oculta a violência, as hierarquias (de poder nas relações sociais)

produzidas por estereótipos cuja função é biologizar o que é social nas relações e práticas sociais. (ALMEIDA, 2013, p. 137).

Em conformidade a essa perspectiva delineada por Almeida (2013), Cláudia Pons Cardoso (2017) destaca como, no Brasil, o feminismo negro pode contribuir para modificar essa realidade. Para a autora,

No Brasil, para as mulheres negras, o racismo é percebido como estrutura de dominação e exclusão que marca profundamente suas vidas. Para as feministas negras, a incorporação da perspectiva racial é fundamental, na medida em que raça reconfigura a forma como as mulheres negras experienciam gênero na sociedade. Nesse movimento, as experiências produzidas pela intersecção das opressões racial e de gênero constituem a base para a produção de conhecimento das feministas negras, pois o conhecimento é situado e socialmente construído a partir de determinada posição social, em outras palavras, é decorrente do lugar que ocupamos no gênero, na raça, na classe, na sexualidade. (CARDOSO, 2017, p. 1).

Cardoso (2017, p. 3) visibiliza, nesse viés, que “Mulheres negras, porém, historicamente têm questionado poderes, desafiado estereótipos, preconceitos e representações negativas, enfrentado violências, desigualdades e discriminações.” Organizadas socialmente, uma das formas de promover o enfrentamento e a resistência, para a autora, tem sido a partir do e pelo feminismo negro, que contribui para a emancipação e a autonomia dessas mulheres.

De acordo com essa autora, “Feministas negras brasileiras têm percorrido trilhas, visando recuperar, registrar e disseminar a produção de conhecimento das mulheres negras como formuladoras de projetos políticos em diferentes dimensões: política, cultural, religiosa.” (CARDOSO, 2017, p. 4). Em seu estudo, por exemplo, a pesquisadora, que atua na Universidade Federal da Bahia, destaca os resultados parciais de pesquisa realizada com mulheres negras brasileiras de cinco regiões do país sobre os efeitos do racismo em suas vidas. Após a análise realizada, com iniciativas que ocorrem no âmbito do ciberativismo negro feminista, a autora conclui:

o ativismo das *ciber* ativistas negras participantes da pesquisa constrói outros espaços seguros para atuação e mobilização das mulheres negras contra o racismo patriarcal, trama a tessitura de novos discursos apoiados em narrativas subalternas, que articulam diversas vozes provenientes de múltiplos e diferentes lugares sociais e

geográficos, todas envolvidas na valorização das mulheres negras, das mulheres subalternizadas. A escrita das *ciber* ativistas é uma prática ativista de oposição e intervenção cujos efeitos sinalizam para outras expressões políticas, constituindo-se em respostas inovadoras de enfrentamento ao modelo imposto pelo 'sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial europeu' (GROSGUÉL, 2010). As *ciber* ativistas negras são protagonistas de dissidências descolonizadoras, cuja escrita transfigurada em prática política contrapõe-se às experiências coloniais, às regras do conhecimento hegemônico, e dissemina proposições e projetos de novos arranjos sociais, de novas alianças entre corpos negros femininos e feminizados, anunciando outros sujeitos de um feminismo negro. (CARDOSO, 2019, p. 9).

Conforme intencionamos mostrar ao longo deste estudo, uma das contribuições que advém do feminismo negro se dá, em âmbito digital, pela produção de conteúdo realizada por mulheres negras a partir de coletivos organizados por elas. Tais coletivos têm por público-alvo outras mulheres negras, visando promover o que, em nosso estudo, denominamos como agenciamento político afrofeminista, em consonância à promoção de saberes emancipatórios, como discutiremos no próximo capítulo.

3 AGENCIAMENTO POLÍTICO AFROFEMINISTA E SABERES EMANCIPATÓRIOS PARA UMA FORMAÇÃO EPISTEMOLÓGICA ANTIRRACISTA

Aludimos, mais uma vez, ao já citado discurso de posse de Silvio Almeida, ministro dos direitos humanos, quando ele diz que é preciso termos:

consciência de que as histórias a nós legadas ainda estão sendo escritas. Não apenas porque temos a responsabilidade de levá-las adiante, mas porque ainda estão sendo vividas e tecidas em seus significados. Somos parte desse processo e estamos todos ligados, por uma miríade de fios visíveis e invisíveis, de laços ao mesmo tempo belos e dolorosos para os quais nem sempre estamos dispostos a olhar com sinceridade. (ALMEIDA, 2023, on-line).

A partir do que nos diz Almeida (2023), evidenciamos que essa dissertação, em sua miríade de fios entretecidos, nos remete, de forma interseccional, à escrita do tempo presente. Somos, nesse sentido, autores de uma história que está em construção e este texto é fruto das elaborações de uma pesquisadora negra, a qual tem percebido as transformações do tempo presente no que concerne às lutas, resistências e demandas do povo negro. Desse modo, neste capítulo, buscamos abordar sobre agenciamento político afrofeminista, saberes emancipatórios e epistemologias antirracistas – temas necessários e urgentes à construção e efetivação de direitos sociais e humanos para as mulheres negras.

3.1 AGENCIAMENTO POLÍTICO

Historicamente, as mulheres têm lutado para agenciar um espaço político em que possam exercer sua cidadania. Contudo, esse movimento tem encontrado muita oposição, a qual insiste em demarcar o espaço feminino a partir de uma perspectiva cis-heteronormativa⁸, eivada pelo machismo e por uma razão que é, ao mesmo tempo,

⁸ Por cis-heteronormatividade nos referimos ao “sistema de relações de poder baseadas na heterossexualidade dos corpos, que pressupõe, antes, que esses corpos são cisgêneros. Assim, o

falocêntrica e racista. Por sua vez, os sujeitos femininos têm constituído encapamentos de resistência, em busca de uma efetivação de mais direitos às mulheres, de maior atuação no legislativo e, sobretudo, pelo direito de exercer sua participação política na construção da sociedade, especialmente em se tratando de mulheres negras. Nos referimos, nesse sentido, não somente ao direito ao voto ou à candidatura política, mas sim a uma perspectiva ampla de política, como instrumento de participação na vida social.

Desse modo, por agenciamento político entendemos a possibilidade de podermos analisar, opinar, argumentar, disputar narrativas, questionar realidades, ter direitos assegurados, liberdade para lidar com nossos corpos e sexualidade, ter igualdade salarial, sermos respeitadas e, precipuamente, em meio às tensões sociorraciais, buscarmos por uma vida digna para todas as mulheres. A essa perspectiva, quando falamos em agenciamento político afrofeminista, nos referimos à condição de que essas demandas apresentadas são direcionadas por uma pauta racial e de gênero, que visa o protagonismo e o empoderamento de mulheres negras. Para tanto, elucidamos, conforme discutimos no capítulo anterior, que o feminismo negro se apresenta, inicialmente, como um campo de saberes, práticas e reivindicações que se distancia do feminismo branco, a fim de atender e contemplar às questões apresentadas por mulheres negras.

Há, desse modo, para tanto, uma intersecção entre gênero e raça, dado que as experiências vividas por essas mulheres são duplamente marcadas, tanto pelo viés do gênero como uma construção social que inferioriza às mulheres, quanto pela raça, em sentido social, como indica Lélia González (1984). Assim, o feminismo negro, enquanto categoria conceitual, teórica e prática, possibilita que haja um olhar mais direcionado para esse grupo social, imbrincando às condições de gênero as racialidades. Como indicado por Almeida (2019), o racismo é estrutural e institucional, o que demanda que seja enfrentado de diversos modos, inclusive politicamente. Advém desse contexto a nossa proposição em falarmos sobre agenciamento político afrofeminista, contemplando, desse modo, as ações e proposições desenvolvidas, de

corpo feminino sempre coincidirá com um corpo portador de uma biovagina e o corpo masculino sempre coincidirá com um corpo portador de um biopênis (PRECIADO, 2018, p. 134), e esses corpos diferentes sempre se atrairão mutuamente por ser essa a ordem naturalizada pela heteronormatividade.” (ROSA, 2020, p.28).

forma teórica e prática, para a promoção de saberes emancipadores e de autonomia política de mulheres negras.

Na história recente brasileira, especialmente quando considerados os últimos oito anos da vida política no país, presenciemos um constante e reiterado ataque à liberdade feminina, aos poucos (mas importantes) direitos já assegurados e uma crescente violência direcionada às mulheres. Um marco disso foi toda a misoginia e violência simbólica que envolveu o impeachment da primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, democraticamente eleita e subtraída do poder por meio de um manobras políticas (haja vista que, posteriormente, a presidenta foi julgada inocente e não teve seus direitos políticos cassados).

Igualmente, destacamos o conservadorismo e acentuado desprezo machista com que o ex-presidente do país (2018-2022), Jair Messias Bolsonaro, tratava às mulheres durante seu mandato e campanha, chamando-nos de “fraquejadas”, por exemplo, ou defendendo que tenhamos um salário menor porque engravidamos.⁹ Nesse sentido, cabe pontuarmos que não apenas as mulheres têm sido vítimas desse sistema fascista e ultraconservador, mas também a comunidade LGBTQIA+¹⁰, indígenas, quilombolas, pessoas negras, pessoas pobres, comunidades de terreiros, dentre outros, se acentuando a questão quando se trata de mulheres negras. Há, desse modo, diversos grupos minoritários sendo violentamente atacados, de forma sistemática e com frequência, por uma política colonialista de morte e dominação/imposição cultural, que também traz fortes componentes de um viés conservador religioso.

Esse contexto histórico-social tem sido palco de muitas lutas, as quais apresentam tanto as tensões que compõem a sociedade, quanto a resistência construída por muitos desses grupos, de forma entrecruzada. Nesse sentido, as tentativas de resistir têm se constituído de forma variadas, envolvendo desde a organização da sociedade civil em torno dos direitos femininos a movimentos artísticos protagonizados por mulheres, aproximando múltiplas formas de arte do ativismo em prol de tais direitos. Desse modo, o debate sobre agenciamento político afrofeminista busca inter-relacionar gênero e raça nesse debate e contribuir para a

9 Bolsonaro afirmou que, em seu último casamento, deu uma “fraquejada” e ao invés de um menino, foi pai de uma menina, conforme pode ser conferido na seguinte matéria: encurtador.com.br/aetL3. Em outra entrevista, defendeu que mulheres recebam salários menores em razão de engravidarem, o que causaria supostos prejuízos, como pode ser visto a partir do link encurtador.com.br/aimuS. As reportagens foram acessadas em 11 fev. 2023.

10 A sigla LGBTQIA+ refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Travestis, Queers, Intersexos, Assexuadas e todas as demais identidades que compõem o espectro de gênero e sexualidade.

compreensão de tensões inerentes à realidade político-social brasileira contemporânea. Igualmente, em consequência, pode amplificar espaços para um debate tão caro à sociedade, em defesa da democracia e do protagonismo de mulheres negras, em viés progressista, consonante aos direitos humanos e à liberdade democrática – que devem ser pilares de toda e qualquer sociedade.

No Brasil, em junho de 2022, uma menina negra, de onze anos, que fora vítima de estupro, foi constrangida por uma juíza para que desse prosseguimento à gravidez, tendo o direito ao aborto concedido apenas após grande repercussão midiática e troca da juíza que conduzia o caso.¹¹ Dias após, houve a divulgação da situação envolvendo uma jovem atriz branca, que fora estuprada, constrangida a levar a gestação adiante pela equipe médica que a atendeu e, mesmo após ter doado o seu filho de forma legal, foi exposta nas redes sociais e acusada de abandono de incapaz, sendo vítima de muitas violências físicas, simbólicas e psicológicas.¹²

Esse contexto de violências, desumanidade e forte enfrentamento aos direitos das mulheres no Brasil, além de ser histórico, se acentuou e se agravou na história recente do país com a ascensão de Michel Temer e de Jair Bolsonaro ao poder – ambos casados e reafirmadores do discurso “bela e do lar” quando se referiam às suas esposas. O discurso bolsonarista é fortemente machista, entende as mulheres como propriedade dos homens e que elas devem ser submissas a eles, o que se reforça a cada discurso do ex- presidente para seus apoiadores. No último governo, ganhou ascensão também Damares Alves, ex-ministra e atual senadora, a qual tornou-se um dos principais símbolos da imposição de normatizações de gênero, de modo binarista e em perspectiva cis-heterossexual.

Destacamos, nesse sentido, as consequências do discurso bolsonarista justamente por compreendermos que tal discurso representa agenciamentos políticos conservadores e machistas, que se consolidam por meio da linguagem. É ainda a partir da linguagem que se instituem os significantes, e, conseqüentemente, os sentidos, conforme defendido por Stuar Hall (2015). Para esse autor,

os significantes se referem a sistemas e conceitos da classificação de uma cultura, a suas práticas de produção de sentido. E essas coisas ganham sentido não por causa do que contêm em suas essências, mas por causa das

11 Mais informações sobre esse caso podem ser consultadas em: <https://abre.ai/eK3z>. Data de acesso: 11 fev. 2023.

12 Mais informações sobre esse caso podem ser consultadas em: <https://abre.ai/eK3E>. Data de acesso: 11 fev. 2023.

relações mutáveis de diferença que estabelecem com outros conceitos e ideias num campo de significação. Esse sentido, por ser relacional e não essencial, nunca pode ser fixado definitivamente, mas está sujeito a um processo constante de redefinição e apropriação. Está sujeito a um processo de perda de velhos sentidos, apropriação, acúmulo e contração de novos sentidos; a um processo infindável de constante ressignificação, no propósito de sinalizar coisas diferentes em diferentes culturas, formações históricas e momentos. (HALL, 2015, on-line).

Hall (2015), em seu texto, refere-se à raça como um significante flutuante, indicando, em sua análise, como o signo raça foi utilizado como instrumento de segregação e dominação cultural, baseado em supostas diferenças biológicas. Correlacionamos, assim, o que Hall denuncia à possibilidade de entendermos o machismo, tal como o preconceito racial, estruturado em bases biológicas que colocam o homem como superior à mulher. Dessa forma, há um significante construído socialmente a partir de um discurso que inferioriza as mulheres e as coloca num local de submissão, justificando que tenham sido historicamente subjugadas pela razão logofalocêntrica e colonialista. Maria Lugones (2014) denuncia que uma das formas de tentar calar às mulheres é, justamente, ao discutir sobre o processo colonizador na América Latina, não evidenciar as questões de gênero que aí se apresentam, reiterando a violência desse processo para com as mulheres, dado que as exclui da participação política na vida social. Essa perspectiva se agrava ainda mais quando se trata de mulheres negras, conforme evidencia Lélia González (1988), o que faz com que seja cada vez mais necessário que as mulheres se atentem às agendas políticas e possam protagonizar pautas em tais agendas.

Em recente estudo, Gleen Savage (2022) debate o agenciamento político e o que ele prefere denominar como agenciamento de políticas. Para esse autor, o “agenciamento tem sido disposto como uma ferramenta geradora para abordar os limites dos debates e dos conceitos estabelecidos, especialmente aqueles relacionados à transferência, ao empréstimo e à difusão de políticas [...]” (SAVAGE, 2022, on-line). Conforme abordado pelo pesquisador, o agenciamento de políticas, que se aproxima do agenciamento político, comporta três eixos fundamentais: (1) relações de exterioridade e emergência; (2) heterogeneidade, relacionalidade e fluxo; e (3) atenção ao poder, política e agência. Desses pontos elencados por Savage (2022), interessa-nos a sua análise quanto às inter-relações entre poder, política e agência. Conforme discutido por Savage,

o agenciamento apresenta uma visão do poder como *imane*nte, *capilar e relacional por natureza*. O poder não é visto como existindo em ‘algum lugar’ em particular, isto é, em um lugar fixo, mas está em toda parte, sempre fluindo através das coisas, ainda que de maneira disjuntiva e desigual. Em contextos contemporâneos de mobilidade intensificada, a política é muitas vezes possibilitada pelo estabelecimento de novos canais e relações topológicas por meio das quais o poder pode fluir e realizar seu potencial, tanto dentro como entre territórios políticos. Uma implicação central disso é que o poder deve ser entendido não apenas como topológico, mas também como de natureza descentralizada e policêntrica. Em outras palavras, o poder se estende através do espaço de novas maneiras e também carece de um centro dominante ou sistema nervoso singular a partir do qual possa estender suas forças. O poder tem, assim, múltiplos nós e centros por intermédio dos quais suas forças se aglutinam, se interconectam e são transformadas e redirecionadas. SAVAGE, 2022, p. on-line, grifos do autor).

Savage destaca, em sua análise, um ponto que entendemos como fulcral: o poder é relacional, mesmo que disjuntivo e desigual. Isso possibilita compreendermos que, em meio às tensões sociais, pautar a agência relacionada à racialização das demandas da sociedade compreende disputar o poder, também de modo relacional – o que pode traduzir a necessidade de uma visão interseccional. Desse modo, ao falarmos sobre agenciamento político afrofeminista, trazemos a campo um debate que inter-relaciona gênero e raça, em atenção às pautas que envolvem as mulheres negras na sociedade.

Savage destaca que o poder se constrói relacionalmente, a partir da interação de diferentes atores, o que “significa que precisamos pensar de maneiras distintas sobre de onde vem o poder e como ele é colocado em ação para *conduzir a conduta* dos indivíduos [...]” (SAVAGE, 2022, p. on-line, grifos do autor). Lembramos, conforme indica Kilomba (2019), que o racismo é um mecanismo de manutenção do poder da branquitude¹³ concentrado, igualmente, nas mãos dos homens brancos europeus cis-heterossexuais. Assim, o agenciamento político afrofeminista opõe-se frontalmente a esse centro de poder analisado por Kilomba (2019), delineando perspectivas outras de resistência política e de protagonismo de mulheres negras, o

¹³ A branquitude refere-se a um “lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade. Branquitude como preservação de hierarquias raciais, como pacto entre iguais.” (BENTO, 2002, p.7).

que implica em pensar de maneira distinta para conduzir a conduta dos sujeitos sociais em outras direções, como sugere Savage (2022).

Ao discutirmos, de modo mais específico, o termo agenciamento, trazemos ao debate as considerações da pesquisadora Jasbir Puar:

O termo 'agenciamento' (em português) ou *assemblage* (em inglês) é, na verdade, uma tradução desafortunada: o termo original, em francês, no trabalho de Deleuze e Guattari, é *agencement*, que significa *design, leiaute*, organização, arranjo e relações, tendo como enfoque não o conteúdo, mas as relações – relações de padrões. Tratando-se de *agencement*, como explica John Phillips em um ensaio recente, são precisamente as *conexões* específicas com outros conceitos que dão significado aos conceitos. Conforme escreve Phillips, a prioridade não está nem no estado de coisas (essência), nem na afirmação (enunciação), mas sim na conexão. Tratando-se do termo *assemblage* utilizado como tradução de *agencement* em inglês e também existente em francês, a ideia é mais de coleção, combinação, montagem, sendo utilizado em ambas as línguas para sinalizar colagem no âmbito da arte de vanguarda. (PUAR, 2013, p. 356, grifos da autora).

Em conformidade aos estudos de Puar (2013), afirmamos nosso entendimento de que, neste trabalho, o termo agenciamento político afrofeminista refere-se às relações, organização e arranjos sociais que tratem de capitalizar, promover e impulsionar demandas políticas concernentes às mulheres negras, em condição de protagonismo na vida social política. Mais do que especificamente delinear conceitos sobre agenciamento, que são vários e envolvem diferentes áreas, interessa-nos pensar na ação dos agenciamentos, no que eles fazem e proporcionam. Dentre as funcionalidades dos agenciamentos, analisadas por Puar, destacamos especialmente essa:

as categorias – raça, gênero, sexualidade – são consideradas eventos, ações e encontros entre corpos, e não meramente entidades e atributos dos sujeitos. Situados ao longo de um 'eixo vertical e horizontal', os agenciamentos passam a existir em processos de desterritorialização e reterritorialização. (PUAR, 2013, p. 358).

Compreender que essas categorias representam ações e encontros entre corpos permite não apenas promovermos perspectivas políticas que envolvam relações, encontros, desterritorializações e reterritorializações, como, sobretudo, possibilita escapar aos essencialismos. Tratamos, assim, de relações de identidades, de

identificações, de constructos culturais que se aproximam, a partir das categorias estabelecidas, visando agenciar políticas direcionadas às mulheres negras. E isso inclui, de modo direto, resistir às políticas conservadoras, machistas e brancocêntricas.

A resistência apresenta agenciamentos que podem conduzir a novas possibilidades de fala e de representatividade, auxiliando na construção de narrativas outras, que viabilizam novas perspectivas de atuação política na sociedade para as mulheres. Como defendido por Walter Mignolo (2008), conjuntamente à resistência política e sociorracial, precisamos também pensar no agenciamento epistêmico. Para esse autor, a moderna teoria política, mesmo que não se perceba racista e patriarcal, nega “o agenciamento político às pessoas classificadas como inferiores (em termos de gênero, raça, sexualidade, etc), [...] [as quais] tiveram negado o agenciamento epistêmico pela mesma razão.” (MIGNOLO, 2008, on-line). O autor defende que, para confrontar esse cenário, é preciso compreender que “toda mudança de descolonização política (não-racistas, não heterossexualmente patriarcal) deve suscitar uma desobediência política e epistêmica”, pois, “a desobediência civil sem desobediência epistêmica permanecerá presa em jogos controlados pela teoria política e pela economia política eurocêntricas.” (MIGNOLO, 2008, on-line).

Samarone Nunes (2019, p. 202), ao analisar as contribuições intelectuais de autoras como Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, no processo de formação da intelectualidade e resistência negra, analisa: “Na constituição de cada elemento, no cerne mesmo, está o atravessamento das experiências pessoais na ocupação, operação e ascensão dentro da academia por essas mulheres negras.” Tomamos de empréstimo essas palavras, justamente por entendermos que, no agenciamento político afrofeminista, são as experiências pessoais que encaminham ao agenciamento de outros modos de agir, possibilitando a ocupação, a operação e a ascensão de caminhos que levam aos saberes emancipatórios e a uma vida de conhecimentos compartilhados, na construção de saberes múltiplos e plurais, constituindo negras epistemologias da vida em sociedade.

3.2 EPISTEMOLOGIAS NEGRAS: A produção de saberes emancipatórios

Conforme significado no *Dicionário Aulete*, podemos compreender, inicialmente, epistemologia como:

Epistemologia: [F.: Do gr. *epistéme* + *-logie*, pelo fr. *épistémologie*.]
 1. Fil. Estudo do conhecimento, especialmente o conhecimento científico, sua natureza, seu processo de aquisição, seu alcance e seus limites, e das relações entre o objeto do conhecimento e aquele que o busca; a teoria do conhecimento; 2. Estudo sobre o conhecimento científico, seus diferentes métodos, suas teorias e práticas, sua evolução na história e no desenvolvimento das sociedades; teoria da ciência.¹⁴

Pelo significado atribuído ao termo, de acordo com a acepção dicionarizada, a epistemologia refere-se à produção do conhecimento, sobretudo o conhecimento científico, aos métodos, teorias e práticas que o envolvem, bem como remete também à história e ao desenvolvimento das sociedades. Interessa-nos observar e destacar, em conformidade com Kilomba (2019) e Gomes (2019), que a epistemologia, nesse processo de desenvolvimento das sociedades, passou a validar o que era ou não científico, o que era ou não conhecimento e quem poderia ser visto como construtor de conhecimentos. De acordo com essas autoras, nesse percurso, que envolveu a colonização cultural, intelectual e econômica de povos não europeus, foi se consolidando como expressão da ciência uma “voz” branca, masculina, heterocentrada e machista, excluindo do campo dos saberes tudo que não fosse validado pela ciência universal expressa por essa “voz”.

Em consonância a essa perspectiva defendida por Kilomba (2019) e Gomes (2019), Rufino (2021) tece algumas considerações sobre epistemologia e os jogos de poder que esse termo envolve:

Dentro do campo da filosofia, há quem trate a epistemologia como a filosofia do conhecimento, como a filosofia da ciência e quem poderia afirmar que se ocupa a rigor de toda e qualquer forma de manifestação de conhecimento. Mas também versa acerca da autorização, validação do que é conhecimento, de suas etapas, metodologias e de seu rigor. A epistemologia vai se configurar de certa forma, como uma espécie de política do conhecimento. [...] A epistemologia vai marcar essa métrica que discute o discurso, a regulamentação e a autorização

¹⁴ Consulta disponível em: <https://aulete.com.br/epistemologia>. Acesso em: 20 mai. 2023.

sobre o que é conhecimento. Não à toa, sua relação com a noção de ciência, ciência moderna, com a racionalidade moderna ocidental. O debate epistêmico está sendo alargado porque há algum tempo vem sendo discutido o conhecimento numa perspectiva universalista, o que não dá conta da diversidade de experiências e de saberes existentes no planeta. (RUFINO, 2021, p. 20).

Rufino (2021) destaca que o viés universalista da epistemologia, vinculada à racionalidade moderna ocidental, possibilita entrever os apagamentos que foram realizados, tanto no campo científico quanto na produção de saberes outros – invalidados ambos pela hegemonia brancocêntrica europeia ocidental. Barbosa e Oliveira (2020), em um artigo que discute sobre a questão racial no pensamento sociológico latino-americano, expressam uma crítica similar à que é feita por Rufino (2021), denunciando o racismo científico e como pesquisadores(as) negros(as) foram invisibilizados(as) e preteridos(as) em favor de autores brancos e, não raro, europeus ou norte-americanos. Para as autoras, “[...] Ao longo da história da América Latina houve, e ainda persiste nas ciências sociais, a predominância do racismo científico.” (BARBOSA; OLIVEIRA, 2020, p. 365).

Esse eurocentrismo sobre o qual falam as autoras foi (e, em parte, continua sendo) o suporte teórico e crítico absorvido por muitos campos do saber, especialmente na América Latina. Barbosa e Oliveira (2020) indicam que esses processos de submissão precisam ser superados e defendem a “[...] relevância de desconstruir os modelos paradigmáticos que compõem os espaços acadêmicos e o campo cognitivo e epistêmico, escavando saberes subjugados e epistemologias marginalizadas.” (BARBOSA; OLIVEIRA, 2020, p. 347). Para essas autoras,

Resultado desse processo histórico é a ausência de ‘um lugar de fala’ na análise em torno da questão racial e a negação e invisibilização daqueles que foram pioneiros nesse debate no âmbito das ciências sociais, fato que perdura até hoje em nossas universidades. Um exemplo disso é o pouco destaque dado às teorias e às pesquisas desenvolvidas por pesquisadores negros e negras, haja vista que no campo das ciências sociais no Brasil não se tem o hábito de estudar autores como Virgínia Bicudo, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Alberto Guerreiro Ramos, Clovis Moura, Abdias do Nascimento, Kabengele Munanga, Sueli Carneiro, entre outros. (BARBOSA; OLIVEIRA, 2020, p. 347).

As e os intelectuais negras(o) destacados por Barbosa e Oliveira (2020) constituíram, em diferentes campos do conhecimento, epistemologias pautadas nas

vivências das pessoas negras e, portanto, constituem epistemologias racializadas. Destacamos que, como indicam Rufino (2021) e Gomes (2019), no contexto das epistemologias negras, o foco é dado ao conhecimento produzido pelas populações negras, suas formas de saber, suas tradições e suas experiências, as quais embasam os saberes emancipatórios negros. Nesse sentido, as epistemologias negras, a partir de uma abordagem racializada, buscam questionar os modos hegemônicos de produção de conhecimento, que muitas vezes são excludentes e invisibilizam as experiências das populações negras.

Luciana Dias (2019), ao organizar um dossiê sobre epistemologias e feminismos negros, analisa como essas epistemologias negras podem ser lidas como pensamentos insurgentes, que apresentam uma tensão resultante da vida daqueles e daquelas que se dedicam à produção de epistemologias pautadas nas vivências, saberes e conhecimentos da cultura negra. Para a autora,

O desafio aceito pelas escritas apresentadas neste dossiê [publicado na Revista Humanidades e Inovação] gravita em torno da ideia de conhecer e acessar o pensamento feminista negro como articulador de uma epistemologia não hegemônica. O útero e a maturidade de pensamentos insurgentes, como o feminista negro, extrapolam a dimensão das universidades, revelando uma face mais abrangente, múltipla e plural. Desta forma, nos posicionamos diante de um pensamento que resulta de uma tensão que vincula experiências e ideias, e que é capaz de problematizar limitações políticas, socioculturais e epistêmicas, questionando as matrizes que sustentam um conhecimento que ainda hoje é considerado universalmente válido em variados campos. (DIAS, 2019, n.p.)

Esse questionamento das matrizes de um conhecimento universal opera como uma fissura importante na ideia hegemônica de ciência, dado que permite entrever a pluralidade de conhecimentos e saberes que foram historicamente silenciados por não se enquadrarem no escopo do que é/era visto como “universalmente” válido. Autoras e autores negros(as), como Kilomba (2019), Gomes (2017; 2019), Evaristo (2009), Rufino (2021), Munanga (2004), González (2019), Carneiro (2006), dentre outros, vão justamente questionar essas premissas hegemônicas da ciência universal e denunciar como, sob o jugo desse universal, se apresentam formas variadas de racismo, a exemplo do racismo epistêmico e do racismo científico.

Os processos desencadeados pelo racismo científico envolvem também o racismo epistêmico, que pode ser entendido como uma junção do racismo científico, o qual inferioriza pessoas negras, com a invisibilização, apagamento e não aceitação da produção intelectual negra, especialmente de epistemologias afrodiáspóricas (GOMES, 2017). Considerando que o conhecimento científico-acadêmico, tal como reproduzido na atualidade, de modo geral, é feito por, a partir e com o aval das instituições de pesquisa e universidades, é possível afirmar que o processo de divulgação e validação das epistemologias é imbuído de racismo científico e epistêmico, tal como atestam Kilomba (2019), Barbosa e Oliveira (2020) e Rufino (2021). Valéria Giannella (2015), ao discutir sobre epistemologias e propor uma “epistemologue”, que seria uma epistemologia para não filósofos, discute:

a ciência se tornou a pedra angular de um sistema de pensamento que, [...] divide a realidade em dois campos, radicalmente separados. Destes, apenas um pode aspirar a se afirmar como válido, enquanto o outro é destinado à invisibilidade (desvalorização, desconhecimento), ou, frequentemente, a assumir o primeiro como único modelo válido, a ser copiado e alcançado, perdendo assim qualquer possibilidade de assumir a si mesmo como válido e de buscar autonomamente os caminhos de sua evolução. Esclarece estas palavras, aparentemente abstratas, o se pensar, por exemplo, à visão de mundo ocidental que aniquila e desqualifica como primitiva qualquer outra visão; ou à relação dos colonizadores com as colônias; ou ainda, à relação de superioridade/inferioridade entre as raças, onde o branco é indiscutivelmente superior ao negro (ou a qualquer outra); entre os gêneros, com o homem superior à mulher; entre o centro e a periferia, a cidade ao campo. (GIANNELLA, 2015, p. 346).

A análise de Giannella (2015) dialoga com a de Kilomba (2019) e a de Barbosa e Oliveira (2020), no que concerne a como epistemologias dita universais se apropriam dessa condição para minimizar, silenciar e inferiorizar tudo e todo aquele visto como “o outro”, aumentando ainda mais as desigualdades sociais.

No imaginário, quanto à produção acadêmica científica, destaca-se como referencial consagrado as realizações de homens brancos, ocidentais, heteronormativos e de classe média. Quando há um ideal de sujeito, denominado, algumas vezes, como escolhido, ou seja, que tem como função universalizar corpos e histórias, observamos um propósito violento de silenciamento da diversidade humana, já que esta é incapaz e inviável de se traduzir em algo uníssono. Os projetos colonialistas dos continentes americano e africano serviram muito mais que conquistas materiais, eram estratégias de aniquilamento de

culturas, de histórias, de vidas plurais. Ao interromperem as vivências singulares de diversos povos afogaram abundantes produções de saberes e deixaram submersas apenas a ilha do legado da mutilação escravista. (ALMEIDA, 2019, p. 112).

A epistemologia negra surge como uma forma de resistência e luta contra o racismo epistêmico, que é a forma como o conhecimento produzido pelas populações negras é desvalorizado e desacreditado pela sociedade em geral. Essa forma de racismo se manifesta de diversas maneiras, como a exclusão das experiências negras dos currículos escolares, a falta de representatividade nas universidades e a invisibilização dos saberes tradicionais das populações negras. A esse cenário, ao tratarmos sobre o Brasil, como destaca Gomes (2020), ainda se alinha o fato de, por manobras diversas, o país buscar esconder o racismo que é base nas relações sociais desenvolvidas. Em recente análise, essa pesquisadora também discute como o recrudescimento das relações democráticas vivenciadas ultimamente no Brasil acentuam o racismo no país. De acordo com a autora,

Para quem luta cotidianamente contra o racismo, os tempos sempre foram de incerteza diante da capacidade de a sociedade brasileira rever a si mesma e jogar fora o seu racismo. Uma sociedade que esconde e guarda o racismo atrás do discurso da democracia racial, da mestiçagem, da diversidade, mas, que sempre o revela publicamente quanto mais se acirram os tempos de recrudescimento da direita, da onda neoconservadora e reacionária, quanto mais a democracia é colocada em risco. Não vivemos apenas tempos de incertezas, no entanto. A cada incerteza vivida certezas amadurecem e se fazem vivas. Talvez a maior delas é o quanto se faz necessário a tomada de consciência, a afirmação e a construção de uma solidariedade e de uma maior articulação entre as vítimas do racismo e das mais variadas desigualdades sociais, possibilitando uma forte reação antirracista, anticapitalista, antipatriarcal e emancipatória. (GOMES, 2020, p. 363).

Frente a esse cenário delineado por Gomes (2020), entendemos que, na luta antirracista, as epistemologias negras promovem a construção de saberes emancipatórios. Em conjunto, esses saberes permitem pensar o futuro, reconstruindo a estrutura social, econômica e política dos povos que foram historicamente colonizados. Isso porque, mesmo com o fim da colonização, o pensamento e o modelo social e econômico de opressão permanecem nessas sociedades através da chamada colonialidade (QUIJANO, 1999).

A epistemologia negra propõe uma abordagem crítica que valoriza os saberes produzidos pelas populações negras, suas tradições e suas experiências, emergindo como uma resposta à exclusão histórica de saberes afrodescendentes do campo acadêmico. Essas formas de conhecimento, concebidas e produzidas dentro das comunidades negras, fundamentam-se em aspectos culturais, históricos e sociais que conferem a eles uma perspectiva única e indispensável na compreensão e resolução de questões relacionadas à desigualdade racial, o que é também fruto da atuação do Movimento Negro como um movimento educador, conforme defende Gomes (2020). Nesse sentido, a emergência das epistemologias negras como uma perspectiva voltada para a produção de conhecimentos emancipatórios representa um importante passo para a promoção da justiça social e da igualdade na sociedade, como também destaca Munanga (2004).

A produção dos saberes emancipatórios, no seio do Movimento Negro, por meio das epistemologias negras, vem para desconstruir a concepção eurocêntrica do que é considerado conhecimento, que tende a ser valorizado e universalizado, enquanto outras formas de produção de conhecimento são desconsideradas pela academia. A construção histórica e cultural da exclusão dos saberes negros, relegando essas produções a espaços não hegemônicos, refletem, sobretudo, na cultura racista e excludente que vigora no Brasil.

Desse modo, como fissura ao quadro racista que se apresenta, os saberes emancipatórios podem ser vistos como uma chave de leitura da realidade social, assim como um instrumento de transformação de tal realidade. Gomes (2020) assim define os saberes emancipatórios:

No reconhecimento do Movimento Negro como educador, Gomes (2017) organiza o seu legado epistemológico intrínseco, como produtor de um tipo específico de conhecimento: o conhecimento nascido na luta. Um conhecimento que quanto mais se consolida, mais tem a capacidade de transformar a sua própria forma de perceber e interpretar os problemas que motivam a sua luta. Um conhecimento que se organiza na forma de produção intelectual e de práticas políticas, sociais e pedagógicas. A essa organização político-epistemológica a autora supracitada denomina saberes ou conhecimentos emancipatórios produzidos historicamente pela população negra, articulados e sistematizados pelo Movimento Negro. (GOMES, 2020, p. 364).

Podemos compreender, dessa forma, os saberes emancipatórios como a organização de um conhecimento intelectual e político-pedagógico, a partir de práticas políticas, sociais e pedagógicas, como conceitua Gomes (2020). A autora destaca, em sua análise, que esses saberes são fruto das vivências e das lutas empreendidas pelo povo negro, do que advém também a sua correlação com as epistemologias negras, tendo ambos a mesma fonte de conhecimento: a cultura negra. Compreendemos, nesse sentido, que a produção de conhecimentos a partir das epistemologias negras se baseia na construção de narrativas legitimadas por outras formas de compreensão da realidade, permitindo a construção de novas relações de poder no campo acadêmico e social. Assim, ao reconhecer os saberes emancipatórios e as epistemologias negras como produtores de conhecimento legítimo, proporciona-se a visibilidade e o acesso a saberes que foram negligenciados pela história eurocêntrica e patriarcal.

Os saberes emancipatórios negros são um conjunto de conhecimentos e práticas desenvolvidos a partir da cultura negra, objetivando uma vida melhor para esse grupo social e a luta contra o racismo estrutural presente na sociedade. Esses saberes têm raízes profundas na história e cultura negras e são fundamentais para a formação de uma consciência crítica e emancipatória. Gomes (2020) defende que os saberes/conhecimentos emancipatórios podem ser vislumbrados em três categorias, as quais se inter-relacionam: saberes identitários, saberes políticos e saberes estético-corpóreos.

No que concerne aos saberes identitários, Gomes (2020) destaca como a luta do Movimento Negro contribuiu para, no contexto das ações afirmativas, reacender o debate sobre raça, racialidade e racialização no Brasil. Para Gomes (2020, p. 365), “o debate sobre quem é negro e quem é branco invade a vida das brasileiras e dos brasileiros de uma forma diferente, extrapolando os espaços da militância e da discussão política.” Desse modo, passa-se a discutir no país, a partir dos saberes emancipatórios e das ações afirmativas, sobre identidade e, mais especificamente, identidades negras. Gomes (2020) enfatiza, ainda, como essa discussão passa a ser central também nas redes sociais:

Assistimos, nas redes sociais, a uma profusão de páginas pessoais, de figuras públicas, artistas e de grupos juvenis publicadas por

peças negras que escrevem sobre a experiência de ser negro, denunciam o racismo, transmitem informações, dão dicas de beleza e cuidados com a pele e o cabelo crespo. Discussões como apropriação cultural, colorismo, racismo, ações afirmativas são realizadas na vida online e off-line de maneira crítica, política e posicionada por um maior número de sujeitos negros. Uma nova visibilidade da questão racial e da identidade negra, de forma afirmativa, se faz presente na literatura, nas artes, no cinema, no teatro, no campo do conhecimento. Os diferentes grupos do Movimento Negro passaram a ganhar mais espaço na cena pública e política afirmando a identidade negra e sua complexidade, inclusive, no campo político-partidário. (GOMES, 2020, p. 365).

Os espaços que a discussão sobre identidades negras ganha na sociedade, sobretudo com o impulso dado pelas redes sociais, possibilita que o Movimento Negro expanda “a politização da raça e da identidade negra para lugares nos quais elas antes não eram consideradas ou eram invisibilizadas.” (GOMES, 2020, p. 365). Essas ações que movimentam o debate social e racial são fundamentais para a construção e afirmação de identidades negras, dado que, agora, elas são produzidas, a partir de epistemologias negras, pelos próprios sujeitos negros e não mais por pessoas brancas ou por aquelas que repetem ideais colonizadores.

A identidade negra passa a ser tematizada de um outro lugar. Aos poucos, o Brasil vai compreendendo que ser negro e negra e afirmar-se como tal é um posicionamento político e identitário que causa desconforto nas elites e nos poderes instituídos e que o uso da força e da violência, uma das estratégias antigas do racismo, tem sido uma tentativa de fazê-los calar. (GOMES, 2020, p. 365).

Esse posicionamento político e identitário sobre o qual fala Gomes (2020) encaminha, de modo interrelacional, aos saberes políticos, que formam também uma face dos saberes emancipatórios. Para a autora, “raça, na sua concepção ressignificada, passa a ser um critério para superar desigualdades, por meio da adoção de políticas públicas institucionalizadas por lei.” (GOMES, 2020, p. 366). Elucidamos que a ressignificação à qual a pesquisadora se refere diz respeito à não utilização de raça em um sentido biológico, mas sim no tocante a uma perspectiva política: “Entendo raça como um conceito relacional, que se constitui historicamente e culturalmente, a partir de relações concretas entre grupos sociais em cada sociedade.” (GOMES, 1995, p. 49 apud GOMES, 2020, p. 366). Nesse sentido, a teórica busca elucidar sobre os saberes políticos e as emancipações sociais:

A questão racial passa a ocupar um outro lugar político no campo da produção do conhecimento [...]. Para cumprir com a legislação e garantir os direitos da população negra às ações afirmativas, gestores, intelectuais, profissionais de várias áreas necessitam conhecer mais sobre a temática racial e são obrigados a revelar sua ignorância e recorrer àquelas e àqueles que têm competência e expertise sobre o assunto. Nesse momento, intelectuais, pesquisadoras, pesquisadores e ativistas do Movimento Negro são chamados a opinar. Os saberes políticos construídos pela população negra e sistematizados pelo Movimento Negro entram em ação, dialogando com os outros saberes e ignorâncias. Contra o racismo epistêmico, há, aos poucos, o reconhecimento de que as negras e os negros são sujeitos políticos e de conhecimento e têm competência para falar sobre a questão racial, no Brasil, e sobre os mais variados temas. (GOMES, 2020, p. 366).

Esse reconhecimento das pessoas negras como sujeitos políticos, intelectuais e competentes, correlaciona-se, a partir dos saberes políticos e identitários, à terceira categoria definida por Gomes (2020): saberes estéticos-corpóreos. Como o próprio nome indica, essa categoria refere-se aos conhecimentos e à afirmação de uma identidade estética e corporal alinhada às características estético-corpóreas das pessoas negras.

Conforme elucidado por Gomes,

A estética negra passou a ser compreendida como parte do direito da cidadania e da vida das mulheres e homens negros. Ela se faz presente de forma mais pública e contundente a partir do advento das políticas de ações afirmativas. Essas políticas reeducam as negras e os negros na sua relação com o corpo e, também, reeducam a sociedade brasileira no seu olhar sobre o corpo negro. (GOMES, 2020, p. 367).

Os saberes estéticos-corpóreos propiciam e propiciaram uma (re)afirmação da beleza negra e, ao mesmo tempo, um rompimento com padrões de beleza racistas, brancocêntricos e eurocentrados. Desse modo, quando, a partir dos saberes identitários, jovens influenciadores negros ou coletivos negros vão às redes sociais para falarem sobre os seus corpos, suas identidades, as situações que vivenciam, dentre outros temas, ocorre uma inter-relação entre os saberes identitários, políticos e estético-corpóreos. Isso porque há uma mobilização de saberes e conhecimentos, fundamentados em epistemologias negras, que possibilitam essa abordagem racializada e que intersecciona diversos campos da vida em sociedade.

Destacamos que, nas análises de Gomes (2017; 2020) sobre o Movimento Negro educador, os saberes emancipatórios e as epistemologias negras, ela enfatiza como, nesse processo de ressignificação, resistência e defesa da cultura negra, as mulheres tiveram e têm um papel fundamental – o que se entrelaça, sobretudo, ao tema do nosso estudo. Dessa forma, na subseção a seguir, buscamos considerar possíveis aproximações entre saberes emancipatórios, epistemologias negras e o pensamento afrofeminista no Nordeste brasileiro (nosso lócus de produção).

3.2.1 Saberes emancipatórios e epistemologias negras: produções de mulheres negras no Nordeste brasileiro

Um dos pilares dos saberes emancipatórios negros advém da produção de epistemologias negras, buscando criticar os paradigmas universais ocidentais, que historicamente foram impostos aos povos negros e marginalizados. Nesse sentido, a produção de saberes localizados, bem como a valorização desses saberes, torna-se fundamental para a construção de uma sociedade mais diversa e plural. As epistemologias negras propõem uma abordagem que valoriza e legitima as experiências, vozes e modos de vida dos grupos marginalizados, possibilitando construir novos conhecimentos a partir de suas perspectivas.

Nesse processo de construção da intelectualidade e de práticas de resistência, Nilma Lino Gomes (2020), assim como Lélia González (2019), destacam o papel ativo e agenciador das mulheres nessas funções, tanto no seio do Movimento Negro quanto na sociedade como um todo. Inicialmente, por volta dos anos 80 e 90, González (2019) critica que o Movimento Negro buscava escantear às mulheres negras dentro do próprio movimento, negligenciando as pautas de gênero que elas apresentavam. Contudo, frente à resistência dessas mulheres, a situação foi se modificando. Na história mais recente, Gomes (2020) analisa:

O Movimento de Mulheres Negras merece destaque quando refletimos sobre os saberes políticos. A ação das ativistas negras constrói saberes e aprendizados políticos, identitários e estéticos-corpóreos específicos. As ativistas negras indagam o machismo dentro do próprio Movimento Negro e desafiam os homens ativistas a repensarem, mudarem de postura e de atitude nas suas relações

políticas e pessoais com as mulheres. Denunciam a violência machista dentro do próprio Movimento Negro e demais movimentos sociais, nas relações domésticas, nas disputas internas quer sejam no emprego, nos movimentos, nos sindicatos e nos partidos. Elas reeducam o próprio feminismo, aos homens e mulheres brancos, de outros pertencimentos étnico-raciais e a elas mesmas. (GOMES, 2020, p. 366-367).

Historicamente, a vida da mulher negra é perpassada por vias identitárias: raça, cor e gênero são os marcadores que interseccionam a (re)existência dessa mulher (AKOTIRENE, 2018). A subalternização, o silenciamento e apagamento dos negros e mulheres no Brasil, afetou a mulher negra de maneira mais profunda. Entretanto, desafiando as adversidades e resistindo às mazelas da escravidão e colonialidade impressas em suas territorialidades, diversas produções intelectuais negras foram tomando espaço. Em consonância à análise de Gomes (2020), Akotirene (2018) observa que vozes femininas negras ecoaram para dar visibilidade às suas realidades: “O projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cis-heteronormatividades articuladas em nível global.” (AKOTIRENE, 2018, p.24).

Lízia de Oliveira Carvalho e Luciana Dias concordam com essa visão apresentada por Akotirene (2018) e Gomes (2020), quanto ao protagonismo de mulheres negras. Na análise dessas autoras,

No Brasil e em toda América Latina, diversas mulheres negras têm protagonizado e orientado uma série de agendas políticas que se encaminham à consolidação de políticas de promoção da igualdade de gênero e racial. Além de alcançarem as próprias mulheres negras, cooperam na direção dos feminismos transnacionais, contribuindo epistemologicamente para várias lutas políticas das mulheres dos países do Sul global. (CARVALHO; DIAS, 2019, p. 119).

Em consonância à análise de Carvalho e Dias (2019), entendemos que os saberes e agenciamentos políticos afrofeministas produzidos por essas mulheres negras impulsionam ações como as da Coletiva Negras Mahin e Coletiva Abayomi, que são coletivas organizadas por mulheres negras, direcionadas a mulheres negras, privilegiando a publicização de temáticas alinhadas ao feminismo negro. Nesse sentido, podemos dizer que autoras posicionadas ao Sudeste do Brasil, como Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Lélia González, Maria Beatriz Nascimento, Nilma Lino

Gomes, entre outras mulheres negras, insurgiram transgredindo fronteiras e abriram caminhos para o debate acerca das opressões que se reforçam.

Essas teóricas, que acabam tendo maior visibilidade midiática do que mulheres negras localizadas no Nordeste e no Norte do Brasil, trouxeram concepções do feminismo pautado na interseção de opressões que imbricam a realidade da mulher negra no Brasil. Neste estudo, celebramos a vida e a obra de cada uma das intelectuais negras que insurgiram e insurgem na busca por voz e representatividade na sociedade brasileira. Entretanto, respeitando a territorialidade presente nesta dissertação, haja vista que este estudo está sendo produzido a partir do mestrado em políticas sociais e cidadanias, na Universidade Católica de Salvador, em Salvador, Bahia, Nordeste, buscamos apresentar reverberações dos pensamentos de mulheres negras, em viés feminista, no estado da Bahia.

Objetivamos, com esta subseção, apresentar duas mulheres negras que, em diversos setores sociais, têm produzido saberes emancipatórios na Bahia, inspirando e modificando a vida de outras mulheres, sobretudo de mulheres negras. A escolha pela Bahia se deu, justamente, por considerarmos importante apresentarmos mulheres baianas como representativas das mulheres nordestinas, as quais, ao seu modo, também contribuem para a criação e o fortalecimento de coletivas de mulheres negras, como a Coletiva Negras Mahin, que é de Salvador – Bahia, e a Coletiva Abayomi, de Campina Grande – Paraíba. Assim, nos propomos a apresentar duas mulheres que, na Bahia, têm produzido e fomentado as epistemologias negras.

Nossa escolha, em viés feminista, pretende apresentar uma ativista atuante das redes sociais, que é Carla Akotirene, uma das principais feministas negras propulsoras, no Brasil, do tema Interseccionalidade – que é, inclusive, aporte para este estudo. De outro modo, ao buscarmos reverenciar nossas mais velhas, optamos por apresentar Mãe Stella de Oxóssi, que também representa saberes e práticas feministas, direcionados, nesse caso, ao campo da religiosidade afro-brasileira e do acolhimento de mulheres. Buscamos, nesse sentido, unir passado e presente, representando, desse modo, o que nos fala Cardoso (2017) sobre a resistência histórica das mulheres, como via a abrir novos caminhos para as que chegam.

Iniciamos apresentando Carla Akotirene, que é uma intelectual que, inclusive, subsidia este estudo com seus contributos teóricos. Akotirene (Figura 3) é, na

atualidade, um dos principais nomes brasileiros quando se fala em interseccionalidade e estudos da interseccionalidade, sobretudo a partir das noções defendidas pelo feminismo negro.

Em 5 de maio, na cidade de Salvador (BA), nasce Carla Adriana da Silva Santos, a assistente social, pesquisadora, escritora e feminista negra Carla Akotirene. É bacharela em Serviço Social (UcSal), mestra e doutora em Estudos Interdisciplinares de sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA). Sob orientação da líder religiosa Makota Valdina, aos 25 anos adotou o nome de Makota Irene (Akotirene), em memória da grande liderança quilombola do período colonial. Com uma bela trajetória de luta e superação, trabalhou como cordeira e segurança do bloco afro Ilê Ayê na década de 1990, onde foi uma das homenageadas na 41ª Noite da Beleza Negra, em 2020. Ao iniciar sua militância nos anos 2000, participou do Núcleo de Estudantes Negras Matilde Ribeiro, do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, coordenou uma campanha nacional contra o extermínio da juventude negra, entre outros projetos. Publicou os livros *O que é interseccionalidade* (2018) e *Ó paí, prezada: racismo, sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas* (2020). (CALENDÁRIO NEGRO, 2023).

Figura 3 – A intelectual Carla Akotirene.



Fonte: <https://noticias.uol.com.br/colunas/andre-santana/2021/03/21/a-trajetoria-de-carla-akotirene-revela-os-desafios-da-intelectual-negra.htm>. Acesso em: 15 mai. 2023.

Carla Akotirene (2021, online), em entrevista ao Portal UOL, afirmou que “não esperam da preta retinta a intelectualidade.”¹⁵ Entretanto, contrariando essa expectativa social racista, a partir da sua realidade de mulher negra, soteropolitana e periférica, a pesquisadora buscou ressignificar o conceito e as práticas da interseccionalidade, a partir dos estudos de Kimberlé Crenshaw. A pesquisadora baiana trouxe para solos brasileiros o conceito de interseccionalidade profundamente conectado ao candomblé e o apresentou no livro *O que é interseccionalidade*. A intelectual afirma que “é da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade.” (AKOTIRENE, 2018, p. 24). Em *Ó paí, prezada*, Akotirene traz luz ao encarceramento em massa da população negra, geolocalizando sua pesquisa na cidade de Salvador.

A escritora tem forte presença na rede *Instagram*, com atuação constante e diária nessa rede social, em busca de interagir com seus 216 mil seguidores. Carla compartilha seus conhecimentos acerca do Feminismo Negro, racismo e diversos outros temas. Seja fazendo postagens que contribuem para o fortalecimento do saber intelectual decolonial, seja respondendo perguntas dos seguidores, Akotirene representa uma potência no que diz respeito à partilha de saberes para sua comunidade virtual, para a academia, para os adeptos do candomblé e para a população feminina encarcerada, composta em sua maioria por mulheres negras, dada a atuação de Akotirene na defesa dos direitos das detentas.

Assim como a produção de Akotirene tem suas raízes relacionadas ao candomblé, que é uma religião de matriz africana, queremos também destacar o pensamento e a produção de outra mulher negra que direciona seu conhecimento aos saberes encantados e sagrados das religiões de matriz africana: Mãe Stella de Oxóssi (Figura 4). Venerável baiana, reconhecida nacional e internacionalmente, escritora e mãe de santo, membro da Academia de Letras da Bahia, Mãe Stella ficou marcada no imaginário baiano e brasileiro como uma mulher de muita sabedoria. Sobre a sua figura, destacamos:

Nasceu em Salvador (BA) Maria Stella de Azevedo Santos, a Iyalorixá Mãe Stella de Oxóssi, uma das mais importantes Ialorixás brasileiras, sacerdotisa do Ilê Axé Opô Afonjá. Formada em enfermagem, exerceu

¹⁵ Entrevista disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/andre-santana/2021/03/21/a-trajetoria-de-carla-akotirene-revela-os-desafios-da-intelectual-negra.htm>. Acesso em 15 mar. 2023.

a função de Visitadora Sanitária por mais de trinta anos. No dia 12 de setembro de 1939, aos 14 anos, foi iniciada por Mãe Senhora e recebeu o orukó (nome) de Odé Kayodê. Em 19 de março de 1976, foi escolhida para ser a quinta ialorixá do Ilê Axé Opó Afonjá. Em 2013, foi eleita por unanimidade para ocupar a cadeira 33 da Academia de Letras da Bahia, cujo patrono é o poeta Castro Alves. Publicou, entre outros livros, *Ôsósi – O caçador de alegrias* (2006), *Owé-Provérbios* (2007) e *Meu tempo é agora* (2010). (CALENDÁRIO NEGRO, 2023, grifos do autor).

Figura 4 – A venerável Mãe Stella de Oxóssi.



Fonte: <https://mapeamentocultural.ufba.br/historico/maria-stella-de-azevedo-santos>. Acesso em 15 mai. 2023.

Mãe Stella de Oxóssi foi e segue sendo, mesmo depois de sua morte em 2018, uma força potente e motriz. Seu legado permanece vivo na sociedade brasileira. Mãe Stella buscou aprofundar-se em conhecimentos sobre a cultura iorubá. Para tanto, viajou diversas vezes à África. Visitou as terras de seus ancestrais na Nigéria e no

Benin. Em 1980, participou de diversos congressos sobre cultos afro-brasileiros em solo nacional e internacional.

Mãe Stella de Oxóssi foi uma grande combatente do sincretismo religioso. Desde 1980 proclamava que os santos da Igreja nada têm que ver com os Orixás. Em *Oxóssi – o caçador de alegrias*, Mãe Stella narra histórias de Oxóssi, aborda o simbolismo do Candomblé e faz críticas ao sincretismo religioso. Mulher à frente de seu tempo, Mãe Stella idealizou, em 2017, um aplicativo com orientações e mensagens de fé, ainda no ano de 2017, ela criou um canal no Youtube no qual compartilhava ensinamentos da cultura iorubá. Em abril de 2019, uma imagem de Mãe Stella e de Oxóssi foi inaugurada para homenagear a vida e a obra dessa grande líder religiosa e intelectual. Porém, em 2022, a obra, que se encontra localizada no bairro de Itapuã (Salvador-BA), foi vítima do racismo religioso que estrutura, ainda hoje, a sociedade brasileira.

Mãe Stella faleceu em 2018, porém, seus saberes reverberam ainda hoje na sociedade baiana e brasileira. Um dos seus principais contributos para a transformação da sociedade está ligado à preocupação dela com o meio-ambiente. Por isso, em 2015, Mãe Stella implantou e divulgou uma importante mudança no Ilê Axé Opô Afonjá: o terreiro não faria mais oferendas materiais a Iemanjá, como uma forma de contribuir com a não poluição dos mares. A ialorixá publicou a sua decisão em artigo no *Jornal A Tarde*, a partir de uma carta-conto em que alternava as personagens Mãe Stella e Iemanjá. Em sua narrativa, descreveu:

Quanto mais Iyemanjá ajudava as pessoas, mais presentes eram depositados em sua casa. Seu lar foi ficando sujo. Iyemanjá pediu, então, que as pessoas não lhe dessem presentes de plásticos nem de metal, pois estes, com o tempo, transformavam-se em lixo difíceis de serem degradados. Os mais obedientes passaram a oferecer apenas o líquido dos perfumes e flores, mas os produtos químicos dos quais eram feitos os perfumes poluíam as águas e as pétalas das flores adoeciam os peixes.

A população tinha crescido muito e no mar não cabiam mais tantos presentes. Iyemanjá retirou-se para meditar e encontrar a forma ideal de permitir que as pessoas continuassem a praticar seus ritos de agradecimento, sem que ela, sua casa (o mar) e seus filhotes peixes sofressem. (MÃE STELLA DE OXÓSSI, 2015, n. p.).¹⁶

¹⁶ Esse texto foi publicado no *Jornal A Tarde*, no dia 21 de dezembro de 2015, com o título “Presença sim! Presente não!”. A íntegra do texto pode ser conferida em: <https://atarde.com.br/opiniao/presenca-sim-presente-nao-744112>. Acesso em: 24 mai. 2023.

Como podemos perceber, no texto, a autora indica os prejuízos que os presentes materiais estavam causando ao meio-ambiente, ainda que eles fossem dados de muito bom grado à mãe dos mares. Na narrativa, Iyemanjá se põe a buscar uma alternativa para resolver o problema: “[...] uma bela e harmoniosa melodia pôde ser ouvida pelo povo da Bahia. Iyemanjá cantava: 'Reúnam-se, cantem e me encantem; este é o presente que quero e posso receber a partir de agora.’” (MÃE STELLA DE OXÓSSI, 2015, n. p.). Em continuidade, Iyemanjá termina sua fala afirmando: “Não quero mais presentes, quero presença.” (MÃE STELLA DE OXÓSSI, 2015, n. p.).

Por sua vez, ao assumir sua voz narrativa, Mãe Stella diz:

Acordei na manhã seguinte. Já não sabia se tinha ouvido a estória ou sonhado com ela. Era uma vez; há sempre uma vez; há sempre a primeira vez; há de ter sempre pessoas que encarem a primeira vez. ‘O candomblé é uma religião ecológica’ – dizem. Então vivamos o que pregamos! (MÃE STELLA DE OXÓSSI, 2015, n. p.).

Mãe Stella de Oxóssi, com esse texto, não apenas trouxe uma epistemologia negra criada para, nesse caso, defender o meio-ambiente, como antecipa sua visão em relação às mudanças que a sua proposta trará. Já entrevendo uma possível resistência ou estranhamento à ideia, ela afirma:

Encaro o desafio e digo que a partir de 2016 o ‘Presente de Iyemanjá’ do Ilê Axé Opô Afonjá não mais poluirá o mar com presentes. Meus filhos serão orientados a oferecerem Iyemanjá com harmoniosos cânticos.
Quem for consciente e corajoso entenderá que os ritos podem e devem ser adaptados às transformações do planeta e da sociedade. Os ritos se fundamentam nos mitos e nestes estão guardados ensinamentos valorosos. O rito pode ser modificado, a essência dos mitos, jamais! (MÃE STELLA DE OXÓSSI, 2015, n. p.).

Ressaltamos a firmeza e a coragem intelectual de Mãe Stella, quando indica que as sociedades e os ritos, preservando a essência dos mitos, devem se atualizar, se transformando para o bem social e ecológico. As forças dessas palavras trouxeram modificações não apenas ao Ilê Axé Opô Afonjá, como, a partir da publicação desse

texto em várias mídias, incluindo telejornais nacionais, a prática ali proposta espalhou-se por Salvador e pelo Brasil, pela Bahia especialmente.

Atualmente, os organizadores das festas em celebração a Iemanjá e os adeptos do candomblé, bem como os sincretistas simpatizantes da Rainha dos Mares, já indicam uma consciência ambiental, buscando ofertar a presença e não presentes, bem como a busca por presentes mais ecológicos, que tragam menos danos ao meio-ambiente. Essa é uma mudança cultural que pode ser percebida anualmente desde o lançamento do manifesto de Mãe Stella, mas que também tem sido apontado por diversos canais midiáticos.¹⁷

Ao destacarmos as contribuições de Akotirene e Mãe Stella de Oxóssi, buscamos fazê-lo considerando que são mulheres negras baianas, nordestinas, as quais representam saberes emancipatórios e epistemologias negras que levam ao agenciamento político afrofeminista. Decerto, a Bahia é um território fértil em beleza, resistência e intelectualidade, que tem ainda muitas outras figuras notáveis, a exemplo de Maria Felipa¹⁸ e Mãe Menininha do Gantois¹⁹, bem como tantas outras artistas e intelectuais que lutaram e lutam pelo direito de existir. Igualmente, em se tratando da Paraíba, que é espaço territorial da Coletiva Abayomi, citamos Gertrudes Maria²⁰ e Durvalina Rodrigues²¹, sendo esta última integrante e fundadora da coletiva Abayomi,

¹⁷ Mais informações sobre essa mudança e adoção de uma postura ecológica pode ser conferida em: <https://labdicasjornalismo.com/noticia/2517/festa-de-iemanja-fe-e-conscientizacao-ambiental>. Acesso em: 24 mai. 2023.

¹⁸ Nascida na ilha de Itaparica, Maria Felipa foi uma das grandes forças baianas na luta pela Independência da Bahia. Muito corajosa e praticante da capoeira, Maria Felipa foi enfermeira e informante durante as batalhas. Em uma das passagens mais famosas de sua vida, ela e um grupo de 40 mulheres deram uma surra de cansação em soldados portugueses e atearam fogo em 42 embarcações que estavam prestes a atacar Salvador.

¹⁹ Escolhida aos 28 anos para ser lalorixá (líder feminina) do terreiro do Gantois, em Salvador, Mãe Menininha se destacou ao dar visibilidade ao Candomblé e torná-lo conhecido entre intelectuais e políticos num período em que as celebrações do Candomblé e da Umbanda estavam proibidas. Com sua sabedoria, foi responsável por abrir as portas do Terreiro do Gantois aos brancos e católicos, garantindo mais respeito à religião.

²⁰ Gertrudes Maria foi uma mulher escravizada, a qual, mesmo após ter comprado sua carta de alforria, teve que lutar na justiça por sua liberdade. Conhecida por sua história de luta, ela é um símbolo de libertação e resistência das mulheres negras, representando também a luta das domésticas no Brasil (ROCHA, 2021).

²¹ Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia/PPGA da Universidade Federal da Paraíba/UFPB vinculada à linha de Pesquisa Saúde, Corpo, Gênero e Geração, com estudos direcionados a Saúde da População Negra; Políticas Públicas e Feminismo Negro; Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia/PPGA/UFPB; Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/UFPB; Especialização em Políticas e Gestão do Cuidado com ênfase no apoio Matricial/UFPB; Graduada em Psicologia Clínica, Abordagem Fenomenológica Existencial pelo Centro Universitário de João Pessoa/UNIPÉ. Atuou como

como representantes, entre tantas outras, que resistem ao racismo e à discriminação de gênero através da academia, artes, religião e/ou política.

Destacamos, por fim, que os saberes emancipatórios negros são fundamentais para a resistência e fortalecimento da identidade das pessoas negras. A valorização e difusão desses saberes contribui para a formação de uma consciência crítica, autônoma e emancipatória, capaz de lutar contra todas as formas de opressão e preconceito. Contudo, é importante destacar que a valorização dos saberes emancipatórios e das epistemologias negras não se restringe ao âmbito acadêmico. É necessário que esses saberes sejam difundidos e aplicados nos mais variados aspectos da vida social, incluindo a cultura, a política e as relações pessoais, para que alcancemos as efetivas transformações sociais que almejamos, rumo a uma sociedade antirracista e mais igualitária.

4 REDES SOCIAIS COMO ESPAÇO DE AGENCIAMENTO E EMANCIPAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NAS COLETIVAS NEGRAS MAHIN E ABAYOMI

As redes sociais constituem-se, de modo incontornável, como uma das principais fontes de comunicação na atualidade. Desde “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo”, Hall (1997) já indicava como a internet e as mídias sociais trariam significativas mudanças culturais para os nossos tempos. Passados quase 30 anos da publicação desse texto, essas mídias, sobretudo as redes sociais, têm impulsionando um grande debate sobre as demandas e temáticas da sociedade, sendo utilizadas também com um viés político, educacional e ciberativista.

Nosso enfoque, neste capítulo, direciona-se, portanto, a, inicialmente, apresentar algumas aproximações entre o tema redes sociais e ciberativismo em perspectiva educacional e política, para, a partir daí, analisar de que modo as coletivas Negras Mahin e Abayomi, por meio de suas postagens, materializam tais aproximações, direcionando ao agenciamento político afrofeminista e ao saberes emancipatórios, tendo como público-alvo as mulheres negras. Reiteramos, ainda, que nosso gesto analítico está assente na análise de conteúdo voltada às redes sociais, na perspectiva defendida por Fragoso, Recuero e Amaral (2011), não nos centrando nas interações entre perfil e público, mas sim no conteúdo do que foi publicado pelas referidas coletivas.

4.1 REDES SOCIAIS E CIBERATIVISMO EM PERSPECTIVA EDUCACIONAL E POLÍTICA

Para Bauman (2001), somos modernos e vivemos uma modernidade líquida. Essa metáfora que ele associa à liquidez não tem uma forma definida como a modernidade anterior, a qual era classificada pelo autor como “modernidade sólida” – associada à rigidez, duradoura, definida, estável. De acordo com o teórico, o mundo atual é líquido, pois está em constante mudança e essa liquidez está ligada à inconstância em que vivemos, pois, para o autor, na sociedade líquida, a relação entre

os indivíduos e a sociedade não possui uma rigidez, pelo contrário, muda com uma velocidade muito grande e, para ele, nada é feito para durar.

Os fluidos se movem facilmente. Eles ‘fluem’, ‘escorrem’, ‘esvaem-se’, ‘respingam’, ‘transbordam’, ‘vazam’, ‘inundam’, ‘borrifam’, ‘pingam’ são ‘filtrados’, ‘destilados’ diferentemente dos sólidos, não são facilmente contidos — contornam certos obstáculos, dissolvem outros e invadem ou inundam seu caminho. Do encontro com sólidos emergem intactos, enquanto os sólidos que encontraram, se permanecem sólidos, são alterados — ficam molhados ou encharcados. (BAUMAN, 2001, p. 8).

A modernidade líquida seria, então, caracterizada pela fluidez das relações, pela emergência do novo e por uma comunicação que exigisse dos sujeitos, ao mesmo tempo, rapidez e habilidade tecnológica. É importante notar que o caráter “descartável” dos objetos também se ampliaria para os relacionamentos sociais, configurando que tudo poderia ser “desprezado”, inclusive as pessoas. Se, por um lado, reconhecemos a condição negativa que esse contexto pode evocar; por outro, é forçoso ressaltar que tal emergência comunicativa mediada pela tecnologia, ainda que líquida, acompanha o descentramento dos sujeitos, conforme Hall (2006, p. 9) analisa:

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito.

Nesse sentido, o descentramento do sujeito acompanha a instabilidade que se instaura a partir do abalo quanto às velhas identidades, centralizadas na ideia de um sujeito uno e indivisível. Para Hall (2006, p. 7):

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada ‘crise de identidade’ é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando

os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Assim, a noção de sujeito e de identidade são, então, atravessadas pelas experiências múltiplas das pessoas, não sendo mais compreendidas pela ideia de sujeito uno e universal. Similarmente a essa noção, Rajagopalan (1998) discute que as identidades estão em constante estado de transformação e ebulição. Para o autor, “[...] Elas [as identidades] estão sendo constantemente construídas. Em qualquer momento dado, as identidades estão sendo adaptadas e adequadas às novas circunstâncias que vão surgindo.” (RAJAGOPALAN, 1998, p. 26).

O descentramento dos sujeitos, as identidades constituídas por identificações e a emergência da comunicação, a partir do que Hall (2006) denominou como Revolução da Comunicação, nos trouxeram ao engendramento das relações sociais no âmbito do mundo virtual. Dessa forma:

[...] na era da comunicação móvel, todos testemunhamos o desaparecimento progressivo dos obstáculos materiais que até agora bloqueavam os fluxos dos signos e das trocas de informação. Cada vez menos a comunicação está confinada a lugares fixos, e os novos modos de telecomunicação têm produzido transmutações na estrutura da nossa concepção cotidiana do tempo, do espaço, dos modos de viver, aprender, agir, engajar-se, sentir, reviravoltas na nossa afetividade, sensualidade, nas crenças que acalentamos e nas emoções que nos assomam. (SANTAELLA, 2014, p. 24).

A noção de sujeito na era digital é vista por Santaella (2014, p. 90) como “[...] um sujeito multiplicado, disseminado e descentrado, continuamente interpelado como uma identidade instável”. Nesse sentido, instável se refere justamente à não unicidade, visto que a universalidade era a chave que interpretava os sujeitos antes. É preciso, portanto, considerar que essas identidades construídas no mundo virtual precisam ser repensadas como construção identitária do próprio eu. Sabemos que, no meio social, desenvolvemos várias identidades nos diferentes papéis que nos são atribuídos, como: família, trabalho, amigos, dentre outros papéis, para o exercício dos quais temos como diretriz a ética e a cidadania, inclusive no mundo digital.

Saber o que fazemos com as redes sociais digitais é fundamental, porém mais importante ainda é saber o que as redes estão fazendo

conosco. O que estão fazendo com a nossa subjetividade e sociabilidade, com a nossa memória, com os nossos anseios e desejos, o que estão fazendo com nossos modos de receber informação, de nos darmos conta dos fatos, de adquirir conhecimento, de perceber e representar o mundo, enfim, o que estão fazendo com os nossos processos de aprendizagem e, possivelmente, com as nossas maneiras de ensinar e educar. (SANTAELLA, 2013, p. 112).

Nesse sentido, podemos considerar o que o meio digital está proporcionando o processo de ensinar e aprender enquanto cidadãos, pois possibilita discutirmos sobre a maneira que as redes sociais influenciam positivamente em nossa vida social, tanto virtual quanto presencial. Nesse sentido, o sujeito contemporâneo tem sido cada vez mais impactado com as tecnologias digitais e o acesso virtual, sobretudo os jovens, conhecidos atualmente como “nativos digitais” (PRENSKY, 2001). Gomes analisa que o predomínio do acesso às redes sociais, conjuntamente às políticas de ações afirmativas, voltadas ao público negro, possibilitou configurar “um outro perfil de juventude negra que passa a se afirmar mais por meio da estética e da ocupação de lugares acadêmicos e sociais. Juventude essa, na sua maioria periférica, e que aprendeu a ter orgulho de ser negro e da periferia, numa postura afirmativa e realista.” (GOMES, 2020, p. 367). Esse orgulho sentido por essa nova juventude, que é constantemente alvo de violência e de preconceito social e racial, tanto aprende-se na internet, quanto é também exibido nessas redes por esses jovens, daí a autora destacar o papel das redes sociais.

Além de Gomes (2020), Lima (2019), ao discutir sobre feminismo negro, ciberativismo e interseccionalidade, analisa:

Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2016) destacam a notável presença do conceito de interseccionalidade nas esferas digitais, principalmente nas plataformas de mídia social onde é possível produzir conteúdo. As autoras afirmam que a internet mudou a cara e a idade média do feminismo, hoje há forte presença de mulheres jovens, inclusive adolescentes. [...] A ampliação da presença de feministas negras na internet ampliou os debates sobre interseccionalidade, especialmente em blogs escritos por mulheres negras. A observação de blogs escritos por mulheres negras mostra a vitalidade e relevância da interseccionalidade como uma forma de investigação crítica e de ferramenta emancipatória em projetos de justiça social. (LIMA, 2019, p. 11).

Em seu estudo, Lima (2019) indica como é importante, para o movimento do feminismo negro, o ciberativismo e o quanto as redes sociais podem, nesse sentido, trazer um conteúdo que, ao mesmo tempo, educa e emancipa mulheres negras. Essa perspectiva também é abordada por Silva (2019), que destaca o papel do movimento feminista negro nas redes sociais, como uma forma de promover justiça social. Para essa autora,

a internet acabou propiciando para os movimentos sociais, e isto inclui também o movimento de mulheres negras, a partir da segunda metade dos anos de 1990, um espaço interativo, cooperativo e descentralizado. O Ciberespaço se torna, assim, uma ferramenta de mobilização e difusão das reivindicações das mulheres negras do século XXI. Isso acaba acontecendo porque a internet substitui os filtros ideológicos e as políticas editoriais da chamada grande mídia ou mídia tradicional. O que se busca, então, no ciberespaço é promover, apoiar, criticar, sugerir ou contestar o monopólio de divulgação, permitindo que forças contra hegemônicas se expressem enquanto atores sociais empenhados em alcançar a cidadania e a justiça social de uma forma cada vez mais plena. (SILVA, 2019, p. 75).

Em sua análise, Silva (2019) utiliza o termo ciberespaço e aqui também já falamos em ciberativismo ou ciberativista. Lemos (2007), que é um dos pesquisadores pioneiros no Brasil sobre ciberespaço, indica que esse é um termo criado por Pierre Levy e pode ser entendido como o espaço virtual da internet. Neste espaço, são criadas ou desfeitas conexões, afinidades e interesses, como afirma Lemos (2007), em seu estudo sobre cibercultura (cultura própria da internet e dos espaços digitais) e ciberespaço:

O ciberespaço cria linhas de fuga e desterritorializações, mas também reterritorializações. Os meus blog, site, chats, podcast, rede P2P, são reterritorializações, formas de controle do fluxo de informações em meio ao espaço estriado que constitui o ciberespaço planetário. [...] O ciberespaço pode ser pensado sobre esse aspecto, como espaço estriado, controlado e vigiado. Ele é controlado por mecanismos técnicos, é gerenciado por instituições governamentais e privadas. No entanto, a dinâmica social não para de mostrar linhas de fuga e possibilidades de des-re-territorializações: ações ciberativistas, blogs, redes P2P, movimento pelos softwares livres, comunidades virtuais, softwares sociais como Orkut [...]. O ciberespaço pode assim ser visto também como um espaço nômade. (LEMOS, 2007, p. 6).

Dentre outros pontos, Lemos (2007) destaca que o ciberespaço comporta ações ciberativistas, as quais auxiliam a burlar o controle técnico exercido na internet. Lembramos, nesse sentido, que, junto a esse controle técnico, há o controle social e a imposição de narrativas hegemônicas, as quais oprimem e invisibilizam narrativas dissidentes, como aquelas que provêm de epistemologias dissidentes, a exemplo dos saberes de mulheres negras. Ao explicar sobre ciberativismo, Lemos explica:

Alguns discursos acadêmicos, políticos ou artísticos acreditam que as formas de comunicação eletrônica da cibercultura possam efetivamente favorecer a ação social engajada, os movimentos sociais legítimos e romper com a apatia e o narcisismo contemporâneos. A Internet não serve hoje apenas como forma de expressão do 'mundo da vida'. Diversas ações ao redor do mundo mostram que formas de expressão política engajada (a partir de problemas globais e locais) surgem, são suportadas e expandem-se na internet. Estamos falando de diversas expressões do que se chama hoje de ciberativismo. (LEMOS, 2003, p. 2).

Conforme proposto pelo autor, o ciberativismo vai estabelecer diálogos entre as demandas sociais e as políticas engajadas, agenciando ações que podem ser de contestação ou de endosso de determinadas perspectivas, inclusive acadêmicas (LEMOS, 2003). Daí também a importância para as epistemologias dissidentes.

As redes sociais têm se tornado cada vez mais presentes em nossas vidas e apresentam mudanças significativas na forma como nos comunicamos, aprendemos e também na nossa participação política. A rapidez da comunicação e a facilidade para compartilhar informações tornaram as redes sociais uma poderosa ferramenta de ativismo político, o que vem sendo chamado de ciberativismo. Na perspectiva educacional, as redes sociais têm se mostrado também importantes para a construção colaborativa do conhecimento.

Por esse viés, o ciberativismo possibilita

organizar movimentos, difundir opinião e informação, agregar pessoas, promover ações físicas e eletrônicas, expressar seus descontentamentos em relação aos problemas cotidianos. Trata-se de utilizar as diversas ferramentas da Internet [recursos das redes sociais] para difundir informação, reunir pessoas, propor ideias e ações. Essa é a esperança, mas uma esperança alicerçada em experiências concretas e em um fenômeno social planetário. (LEMOS, 2003, p. 2).

Na perspectiva política, o ciberativismo pode ser considerado uma nova forma de engajamento político que permite a participação de um número maior de pessoas, conectadas por meio da internet, como analisam Lemos (2003) e Santos (2022). As redes sociais permitem a criação de grupos de interesse que se organizam para lutar por uma causa ou interesse específico. A mobilização via redes sociais pode se desenvolver rapidamente, muitas vezes em tempo real, como ocorreu nas recentes manifestações em diversos países, que foram organizadas principalmente pelo Facebook e Twitter.

Historicamente, o direito à fala e à própria existência como ser humano foram negados à mulher negra. Carla Akotirene (2019) diz que vem do âmago da mulher negra, do seu cerne, o conceito de interseccionalidade. Desse modo, em uma sociedade marcada pelo racismo e sexismo, debater demandas da população negra feminina, ocupar espaços de destaque e fazer ecoar vozes contra o patriarcado e o racismo é dificultoso. Nesse sentido, as redes sociais se apresentaram como um espaço auspicioso para reivindicar e construir agendas de maneira mais abrangente:

As tecnologias de informação e comunicação se tornaram ferramentas estratégicas e fundamentais para atuação dos 'novos feminismos' marcados pela horizontalidade dos discursos, práticas plurais e heterogêneas, articulação com setores diversos da sociedade civil e uso das tecnologias de informação e comunicação. Os feminismos em atuação na web não buscam apenas um espaço de compartilhamento e troca, mas principalmente formas de participação e intervenção nas agendas políticas da sociedade. Espaço de participação e visibilidade que grupos minoritários nem sempre conseguem por vias tradicionais como a grande mídia. (LIMA, 2019, p. 5).

A perspectiva defendida por Lima (2019) consolida a definição de Santos para ciberativismo: "Práticas sociais de colaboração para o uso político das redes, com o intuito de mobilizar, informar e agir, fazendo uso das tecnologias do ciberespaço como suporte essencial de luta." (SANTOS, 2022, p. 17). Além do caráter de luta, autores como Gomes (2019), Silva (2019), Lima (2019) e Santos (2022) destacam que, a partir de uma perspectiva ciberativista, as redes sociais ganham a função de informar e educar. Desse modo, podemos dizer que o espaço em que o ativismo atua, alinha-se à educação para a promoção de saberes emancipatórios, que, ao mesmo tempo, agenciam politicamente, instrumentalizam para a luta antirracista e feminista, por

exemplo, como é o caso das coletivas Negras Mahin e Abayomi. Essas coletivas foram/são forjadas e fundadas pela luta de mulheres negras que encontraram na rede social *Instagram* a possibilidade de avançar na luta das mulheres negras por espaço, por visibilidade, pelo direito de existir e resistir às tecnologias do racismo e sexismo.

A Coletiva Negras Mahin apresenta-se como uma Organização de mulheres negras que é anticapitalista, antirracista, anticolonial e politicamente alinhada à esquerda, conforme consta disponível na bio do *Instagram* @negrasmahin. Por suas postagens, é possível compreender que buscam a construção de um projeto coletivo, emancipatório, que envolve tanto ações virtuais (como rodas de conversas, webnários e tuitaços) quanto presenciais. As ações presenciais são realizadas em Salvador – BA, mais especificamente nas periferias dessa cidade, no centro (geralmente quando há convocação para passeatas ou outras manifestações políticas) ou na Universidade Federal da Bahia (UFBA), reunindo ações mais acadêmicas e ativistas. Atualmente, a Negras Mahin integra a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, que funciona como fortalecimento das organizações de mulheres negras e no fomento de políticas públicas de combate ao racismo, sexismo, garantindo às mulheres negras do Nordeste o desenvolvimento e enfrentamento a violência.

Por meio das 258 postagens no *Instagram* da Negras Mahin, pudemos visualizar a atuação dessa coletiva, bem como sua importância na rede de cuidados e apoio que mobiliza para mulheres negras da região metropolitana de Salvador e seu público virtual de 5.000 seguidores (côncias de que o alcance pode ser muito maior, dado que o perfil é público). As três primeiras postagens dessa Coletiva foram realizadas em fevereiro e em março de 2019 (figura 5), indicando a imagem de perfil adotada pela Coletiva, uma frase de Makota Valdina sobre o respeito às religiões de matriz africana e um card sobre uma oficina oferecida pelo grupo em Salvador. Entretanto, não foi possível reunir mais informações sobre essa coletiva, como possíveis nomes das organizadoras, histórico do grupo e outros dados, em razão da ausência da disponibilização dessas informações no *Instagram*, bem como no site indicado no perfil, visto que o site não tem mais acesso disponível.

Figura 5 – Primeiras postagens da Negras Mahin.



Fonte: Instagram Negras Mahin

Por sua vez, se há um rareamento de informações sobre o histórico da Coletiva Negras Mahin, isso não ocorre em se tratando da Coletiva Abayomi, que foi fundada em 14 de maio de 2016, e, assim como a Coletiva baiana, é uma organização sem fins lucrativos. A Abayomi foi fundada por mulheres negra que são ou estão no estado da Paraíba, tornando-se um espaço de participação e articulação político-social, com o suporte do fundo de apoio Baobá²².

A coletiva faz parte da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), uma rede que agrega diversas organizações de mulheres, a fim de promover ação política estruturada entre grupos e organizações não governamentais de mulheres negras do Brasil. A AMNB busca enfrentar o racismo, lesbofobia, sexismo, opressão de classe e outras formas de discriminação. Abayomi também faz parte da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, assim como a Negras Mahin.

Contando com 2.201 seguidores e 738 publicações no *Instagram*, a Abayomi compartilha o dia a dia da coletiva e diversas postagens que trazem conhecimentos sobre leis antirracismo, fatos atuais ligados aos variados tipos de discriminação, conhecimentos acerca da ancestralidade e direitos voltados para população negra. Desse modo, o perfil da coletiva possui postagens que buscam informar, educar acerca do racismo, das lutas dos homens e mulheres negras do Brasil, celebrar figuras

²² O Fundo Baobá para Equidade Racial é o primeiro e único fundo dedicado, exclusivamente, para a **promoção da equidade racial para a população negra no Brasil**. Criado em 2011, o Fundo Baobá é uma organização sem fins lucrativos que tem por objetivo mobilizar pessoas e recursos, no Brasil e no exterior, para o apoio a projetos e ações pró-equidade racial para a população negra. Disponível em: <https://baoba.org.br/>. Acesso em: 18 mai. 2023.

históricas e da atualidade de grande importância para o movimento negro e constrói uma espaço de luta contra o racismo e a violência de gênero e racial.

A par da contextualização sobre Negras Mahin e Abayomi, nos propusemos, neste estudo, a analisar a rede social *Instagram* das referidas coletivas, tendo por base duas categorias de análise: agenciamento político afrofeminista; e saberes emancipatórios. Nosso intuito é, mesmo sabendo que essas categorias se articulam de forma interseccional, publicizar como, a partir de determinadas postagens, podemos ver o conteúdo apresentado sendo mais direcionado ao agenciamento político afrofeminista ou aos saberes emancipatórios, tendo como público, sobretudo, mulheres negras.

4.1.1 Saberes emancipatórios no Instagram das Coletivas Negras Mahin e Abayomi

A coletiva Negras Mahin conta com 258 publicações no seu perfil do *instagram*. Essas postagens, em sua maioria, visam educar sobre racismo, feminismo negro, preconceito de gênero e lutas que buscam reparação para a população negra. A Coletiva Negras Mahin se move para aquilombar e trazer visibilidade para as demandas de negros e negras de Salvador e do Brasil. No perfil da coletiva, há o registro da primeira ação da Coletiva Mahins, com o Projeto Quilombola Mahins, que foi uma ação direcionada para mulheres e meninas de três bairros de Salvador: Calabar, Engenho Velho da Federação e Cabula, que são comunidades periféricas. As ações, presenciais, buscaram trazer oficinas sobre relações raciais e enfrentamento do racismo. Apoiada pela Secretaria de Políticas para as mulheres do Estado da Bahia, para fortalecer territorialmente e emancipar de maneira mais efetiva, a Coletiva Mahins segue lutando pelo direito de ter direitos (Figura 6).

Figura 6 – Primeiras postagens da Coletiva Negras Mahin



Fonte: Instagram da Coletiva Negras Mahin.

Nas imagens que compõem o painel da Figura 6, podemos observar que há a reiteração da imagem símbolo da Coletiva Negras Mahin – a retratação de uma mulher negra, de turbante, que alude tanto à histórica Luísa Mahin quanto às muitas “Luizas”, mulheres negras anônimas, que se reinventam todos os dias para resistir e atuar na sociedade. As imagens também referenciam as oficinas realizadas no Calabar e adjacências, bem como a ação junto às políticas públicas da Prefeitura de Salvador, na Bahia.

Frente à diversidade de temas abordados nas 258 postagens, escolhemos seis publicações da Coletiva Negras Mahin para discutirmos a construção dos saberes emancipatórios e o agenciamento político afrofeminista. Vale salientar que objetivamos trazer à luz a forma como essa construção é feita. Para fins da presente dissertação, não buscamos compreender a forma como a narrativa se desenrola entre os seguidores, mas tão somente a produção desse agenciamento e construção desses saberes, iniciando nossa análise, de forma mais específica, pelos saberes

emancipatórios, desenvolvido no capítulo 3, apresentados nas seis postagens selecionadas.

Na figura 7, podemos observar que, honrando a tradição de referenciar a ancestralidade e a cultura negra, no dia 27 de março, a coletiva Negras Mahin saúda o nascimento e a vida de Luiza Barros. Essa ação, que ocorre também na coletiva Abayomi, se repete anualmente na coletiva Mahin, como indica também a figura 7, em outra postagem que se refere a esse ícone do feminismo negro no Brasil.

Figura 7 – Comemoração ao nascimento de Luiza Bairros



Fonte: Instagram da Coletiva Negras Mahin.

Entendemos que ambas as postagens evidenciam o eixo saberes emancipatórios em razão de evidenciarem, para o público, a importância e o dar a conhecer sobre quem foi Luiza Bairros. Os textos e imagens funcionam, nesse sentido, como um convite para que as pessoas conheçam mais sobre essa mulher negra, tão atuante no Brasil. O chamamento reitera-se também pela frase destacada: “Somos herdeiros de uma luta histórica, iniciada por muitos antes de nós”. O uso do verbo somos, nesse sentido, tanto expressa a concordância da coletiva em relação a essa pesquisadora quanto é uma estratégia para envolver o público, como um convite

a integrar e a conhecer quem compõe esse “somos”, a qual luta se refere e quem são os que iniciaram/lutaram antes.

Luiza Bairos é uma representante do movimento negro, da luta das mulheres negras, militante pelas causas da população negra, tendo sido entre outras coisas, ministra chefe da secretária de Política de Promoção da Igualdade Racial do Brasil. A imagem de Luiza, seu legado riquíssimo e obras, trazidos aqui através de um post, funciona como uma janela para a construção dos saberes atemporais por ela construídos.

Figura 8 – Comemoração ao nascimento de Luiza Bairos (II)



Fonte: Instagram da Coletiva Negras Mahin.

A figura 8 ilustra a postagem realizada pela coletiva Negras Mahin no dia 27 de março de 2021. Percebemos, nesse sentido, que a legenda evidenciada na imagem traz para o público informações sobre quem foi Luiza Barros, acompanhado, dessa vez, de dois indicativos de luta: “Em defesa da visibilidade da luta das mulheres negras” e “Por paridade racial e de gênero nos espaços de decisão”. Esses indicativos se reafirmam na legenda da postagem, apresentada na íntegra no quadro 1, disposto a seguir:

Quadro 1 – Legenda da postagem sobre Luiza Bairros, em 27 mar. 2021.

Em 27 de MARÇO DE 1953 NASCEU LUIZA HELENA DE BAIRROS (1953 – 2016)

Em Defesa da Visibilidade da Luta das Mulheres Negras

Militante do Movimento Negro e da luta das Mulheres Negras, Luiza Helena de Bairros é um dos grandes nomes do Brasil na defesa pela democracia, e no combate contra o racismo e o sexismo. Mulher negra, gaúcha desembarcou na Bahia na década de 1970 e contribuiu muito para que pudéssemos compreender as insidiosas estruturas do racismo no país. O que levou Luiza Bairros a trocar Porto Alegre por Salvador foi a imensa, atuante e intensa população negra em território baiano.

“Está aí um dos piores nós do racismo à brasileira. A suposição de que a discriminação é de caráter social. No meu modo de ver, a prevalência da pobreza na população negra é um dos efeitos do racismo. Não fosse assim, a desproporção entre brancos e negros pobres só poderia ser compreendida se fosse verdadeira a tese racista de que os negros (...). O argumento que atribui a discriminação do negro à pobreza está dizendo o seguinte: A população negra não foi capaz de responder aos estímulos que a sociedade, ao longo dos séculos, ofereceu às pessoas pobres. Conclusão: se os estímulos se distribuíram igualmente, a única justificativa para a pobreza dos negros é a sua inferioridade intelectual e moral. É uma armadilha essa linha de pensamento e é extremamente comum. Quem faz este raciocínio o faz com a tranquilidade que a ignorância garante.” (Trecho da dissertação de mestrado de Luiza Bairros: ‘O Negro na Força de Trabalho na Bahia, entre os anos 1950 -1980’).

[Fonte Geledés Instituto da Mulher Negra: Assim falou Luiza Bairros, APUD Afro-brasileiros e suas lutas, Mulher Negra, POMPEU]

Por paridade racial e de gênero nos espaços de decisão!

Seguimos inspiradas em nossas heroínas ancestrais

COLETIVA MAHIN ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS

Fonte: Instagram da Coletiva Negras Mahin.

Entendemos, nesse sentido, que quando a coletiva Negras Mahin apresenta a biografia de Luiza Bairros e destaca um trecho da dissertação de mestrado dela, sobre a situação da população negra e pobre, há não apenas o fato de informar e elucidar

às pessoas como funções inerentes ao ciberativismo (LEMOS, 2003), mas é também um processo educativo. Há, dessa forma, a apresentação de epistemologias dissidentes negras, como produção intelectual de Bairros, na condição de um mote que leva a pensar sobre racismo, pobreza e população negra. Todavia, não é apenas uma crítica, mas sim a representação de um viés que, sendo crítico, também promove esperança. Gomes (2020) evidencia, em relação aos saberes emancipatórios:

É de suma importância retomar e enfatizar esses saberes/conhecimentos para que a nossa chama de esperança não se apague e o nosso sentimento de indignação diante das injustiças não nos imobilize, mas nos redirecione rumo à construção de outros caminhos políticos e pedagógicos e de novas estratégias na luta democrática e antirracista. (GOMES, 2020, p. 365).

O trecho destacado da dissertação de Bairros, na legenda, pode ser visto como um saber emancipatório, construído por uma mulher negra, que ao mesmo tempo que denuncia o racismo, possibilita pensar sobre a associação entre racismo e pobreza. Além disso, a publicização de figuras como Luiza Bairros, seja por meio da sua intelectualidade, seja pelos seus feitos pessoais e profissionais, ressoam como uma esperança, como um indicativo de que outros caminhos são possíveis para a população negra. Esses saberes, ao serem divulgados pela Coletiva Negras Mahin, ultrapassam os muros da academia e alcançam celulares, educando a população negra acerca do conhecimento dos que vieram antes.

Essa perspectiva também se acentua com a postagem ilustrada na Figura 9, em que vemos essa Coletiva saudar e reverenciar duas figuras históricas de extrema importância para o quilombamento e libertação da escravidão. 20 de Novembro é o dia da Consciência Negra e o *post* da Coletiva compartilhado, apresenta informações acerca da origem dessa data, que foi alcançada a partir das mobilizações sociais das décadas de 1970 e 1980. A postagem faz referência ao quilombo Palmares que foi liderado por Dandara e Zumbi dos Palmares, figuras históricas de resistência e luta contra a escravidão, conforme apresentado, a seguir, no Quadro 2, com a legenda da postagem feita pela Coletiva.

Quadro 2 – Postagem sobre Zumbi e Dandara (20 nov. 2021)

DIA EM MEMÓRIA A PALMARES

Consequência da luta dos movimentos sociais desde a década de 70, 20 de novembro é de celebrarmos juntas, juntos e juntxs a **CONSCIÊNCIA NEGRA** e falarmos sobre o conhecimento da história da nossa ancestralidade, luta por direitos e de **resistência ao racismo**.

A data representa a persistência do projeto de quilombo **PALMARES**, na Serra da Barriga, em Alagoas. **Liderado por Zumbi e Dandara dos Palmares**, que durante quase um século foi o espaço de união e luta de um povo contra a escravidão.

O dia 20 de novembro ainda necessário para todos aqueles que não conseguem assumir que vivemos em um país estruturado pelo racismo, que se apresenta de forma institucionalizado e orienta práticas individuais e coletivas de exclusão, com estratégias constantes de subalternização do negro.

“Por menos que conte a historia/ Nao te esqueco meu povo / Se Palmares nao vive mais / Faremos / Palmares de novo” (Jose Carlos Limeira)

ZUMBI E DANDARA VIVEM EM NOSSAS LUTAS

COLETIVA MAHIN ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS

Fonte: Instagram da Coletiva Negras Mahin.

Figura 9 – Postagem da Consciência Negra



Fonte: Instagram da Coletiva Negras Mahin.

A postagem, tanto no que concerne à imagem de Zumbi e Dandara, quanto no texto verbal apresentado, busca trazer saberes que emancipam, ao apresentar essas duas figuras históricas como ícones de resistência do povo negro. Essa ideia de resistência e emancipação, da busca pela liberdade, bem como de reflexão pela atual condição das pessoas negras, também foi retratada pela Coletiva Abayomi, (Figura 10).

Figura 10 – Abolição para quem?



Fonte: Instagram da Coletiva Abayomi.

Quadro 3 – Postagem “Abolição para quem?”

A autora Dra. Solange Rocha, em artigo publicado no jornal Brasil de Fato, é certa: "apesar da presença física expressiva de pessoas negras, há uma negação secular de uma memória que, efetivamente, reconheça e valorize a história de pessoas negras. Há uma recusa em debater temas do passado, em falar da escravização de pessoas no contexto da Diáspora Atlântica; em reconhecer as desigualdades sociorraciais e de gênero e de outros problemas sociais. No Brasil, triunfa uma amnésia coletiva." A abolição da escravidão no Brasil não foi uma concessão ou dádiva. A falsa abolição mascara o racismo que marca a vida da população negra no Brasil, que após 135 anos da Lei Áurea, segue lutando por direitos e protagonismo.

13 de maio: abolição para quem?

Fonte: Instagram da Coletiva Abayomi.

A postagem traz conhecimentos e saberes, indicação de autoria e reflexão sobre a realidade da abolição da escravidão. A coletiva sinaliza, a partir do escrito da Dra. Solange Rocha, mulher negra, que a abolição da escravatura, ao dia 13 de maio, não é uma dádiva, resultado da bondade, mas de luta e que trouxe uma abolição tardia, que marcou a vida da população negra brasileira. Tanto o card quanto a legenda destacam o seguinte trecho da fala de Solange Rocha: “Há uma recusa em debater temas do passado, em falar da escravização de pessoas no contexto da Diáspora Atlântica; em reconhecer as desigualdades sociorraciais e de gênero e de outros problemas sociais. No Brasil, triunfa uma amnésia coletiva.”

Por esse destaque, percebemos que a Abayomi conchama o seu público a pensar sobre a história do Brasil e a cultura negra, no intuito de que seus seguidores busquem conhecer e compreender sua própria história, indo além dos discursos oficiais. Voltada ao público negro, sobretudo às mulheres negras que são majoritárias no perfil, a postagem tem ainda a intencionalidade de reiterar a importância da história de pessoas negras, quando reafirma que há uma tentativa e uma negação secular em reconhecer memórias, histórias e culturas do povo negro. Há, nesse sentido, a produção de um saber que emancipa ao reafirmar o histórico espaço e valor das pessoas negras na realidade social brasileira.

Ao reunirmos a Figura 9, referente à postagem da Negras Mahin, com a Figura 10 e o Quadro 3, relativos à Abayomi, podemos perceber um alinhamento entre as

coletivas quanto à produção e publicização de saberes emancipatórios elaborados por mulheres negras. Na postagem da Coletiva paraibana, há a apresentação de uma reflexão a partir da ótica de Solange Rocha, que é uma pesquisadora negra, doutora em história e docente efetiva da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), integrante também do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Departamento de Ciências Sociais da UFPB. Já na Figura 9, a Negras Mahin, sendo uma coletiva feminista, tem a preocupação em trazer a imagem de uma mulher negra – Dandara, como modo de reafirmar que as mulheres negras também são construtoras da história e da resistência negra nesse país.

Em sua análise sobre feminismo negro e ciberativismo, Lima discute:

Organizações de mulheres negras, indígenas e rurais cresceram consideravelmente ampliando os parâmetros da agenda do movimento. Essa disseminação das concepções feministas tem produzido resultados positivos em políticas públicas e aos poucos tem se inserido no imaginário e cultura popular diluindo as resistências ideológicas em relação ao feminismo. (LIMA, 2019, p. 12).

Lima (2019) chama a atenção para como organizações feministas negras e indígenas têm contribuído para a elaboração e efetivação de políticas públicas direcionadas às mulheres. E isso se amplia, sobretudo, a partir da internet, com o ciberativismo. Desse modo, ressaltamos que ampliar nas redes a voz de mulheres como Dra. Solange Rocha ou a história de Dandara colabora para que outras mulheres, sobretudo negras, se identifiquem e se emancipem.

Pelas postagens realizadas por ambas as Coletivas, percebemos que, dentre o contingente de mulheres negras que formam o público-alvo dessas organizações, muitas postagens estão direcionadas às empregadas domésticas. No tocante à categoria saberes emancipatórios, destacamos as postagens realizadas pela Coletiva Negras Mahin, direcionada a essas profissionais, em 27 de abril, data em que se comemora o dia da trabalhadora doméstica. A figura 11 e o quadro 4 foram postados em 2021 e as figuras 12 e 13, em formato carrossel²³, publicadas em 2023. Nos *posts*, essa coletiva adota como interlocutores as trabalhadoras domésticas e busca explicar, para elas, sobre os direitos trabalhistas que possuem.

²³ Formato carrossel se refere às postagens em que há uma sequência de cards, fotos e/ou vídeos curtos na postagem.

Figura 11 – Direitos das domésticas (1)



Fonte: Instagram da Coletiva Negras Mahin.

Quadro 4 – 27 de abril de 2021: Dia das trabalhadoras domésticas

DIA DA TRABALHADORA DOMÉSTICA

Em defesa do cumprimento da lei e pelos direitos das trabalhadoras domésticas

Em nome das companheiras **CREUZA OLIVEIRA** Presidenta do Sindicato Trabalhadores Domésticos da Bahia (Sindoméstico/Ba) e Secretária geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e **MILCA MARTINS** Diretora Fiscal do Sindicato Trabalhadores Domésticos da Bahia (Sindoméstico/Ba) parabenizamos a todas as trabalhadoras domésticas.

Depois de muita luta em 2013 foi aprovada da Proposta a Emenda Constitucional – PEC 66/2012, conhecida popularmente como a PEC das Domésticas, que posteriormente, instituída como Emenda Constitucional 72/2013 e mais tarde inserida como Lei Complementar nº 150/2015. A lei trouxe diversos benefícios a essa classe trabalhadora, assim como outros trabalhadores tinham seus direitos previdenciários garantidos. Aqui no Brasil, demorou para a legislação reconhecer e garantir às domésticas, os mesmos direitos de qualquer um trabalhador. Trata-se de uma justiça histórica marcada com dor, humilhação e até agressões.

Apesar da regulamentação da lei que dispõe dos direitos das trabalhadoras domésticas, muitas mulheres ainda enfrentam a violação de seus direitos, trabalhando de forma irregular e em muitos casos o trabalho desenvolvido de forma análoga à escravidão, levando em conta a má fé de muitos patrões e o acesso restrito das trabalhadoras a

informação sobre seus direitos garantido por lei. Retrato da herança maldita das relações de trabalho escravagista.

Durante a Pandemia do COVID-19, muitas trabalhadoras domésticas perderam seus empregos. Portanto, nós da ***Coletiva Mahin, parabenizamos nossas companheiras de luta e resistencia da Coletiva Creuza de Oliveira e o SINDOMESTICA pelo compromisso social no combate as violacoes de direitos das trabalhadoras domésticas***.

NA LUTA E ENFRENTAME

Fonte: Instagram da Coletiva Negras Mahin

Destacamos, nesse sentido, que a busca por direitos é de extrema importância. Entretanto, conforme explicitado no texto de legenda da postagem (quadro 4), nem todas as trabalhadoras domésticas sabem que possuem esses direitos como profissionais – seja por desconhecimento, seja pela má fé dos patrões, que iludibriam e não remuneraram adequadamente a essas mulheres. Por isso, quanto mais conteúdo for publicizado sobre o tema, mais chance há de que essas pessoas passem a conhecer seus direitos e a lutar por eles, a fim de que recebam tratamento digno e salários justos.

Como pontuado na postagem da Negras Mahin (figura 11/quadro 4), ainda é preciso lutar em defesa do cumprimento da lei e pelos direitos dessas trabalhadoras. Os direitos trabalhistas delas só foram assegurados a partir da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 66/2012, em 2013, que ficou popularmente conhecida como a PEC das Domésticas. Se tornou Emenda Constitucional em 2013 e, posteriormente, em 2015, Lei Complementar (LC) nº 150/2015. Todavia, conforme elucida a postagem dessa Coletiva, até que esses direitos fossem garantidos por lei, a história dessa luta por reconhecimento foi construída com muitas dores, humilhações e agressões. A Coletiva também destaca que, “apesar da regulamentação da lei que dispõe dos direitos das trabalhadoras domésticas, muitas mulheres ainda enfrentam a violação de seus direitos, [...] e em muitos casos o trabalho desenvolvido de forma análoga à escravidão.” (Negras Mahin, 2021).

Ressaltamos que, historicamente, a aprovação da PEC das domésticas e posterior LC apresentam-se como marcos constitucionais e legislativos fundamentais ao reconhecimento e à assunção de um grande contingente de mulheres, sobretudo negras. Foi um momento em que, para muitos dessas trabalhadoras, foi a primeira

vez em que ouviram e entenderam que tinham direitos trabalhistas. Ousamos dizer que, mais do que isso, a PEC das domésticas significou para essas mulheres o reconhecimento do direito a ter direitos, reconhecendo-se como sujeitos de direitos. Destacamos, nesse sentido, que a publicização desses direitos configura-se como construção de saberes emancipatórios à medida que, aquele que ignora o que lhe é devido, vive uma vida sem receber o que lhe deve ser pago.

O serviço doméstico, no Brasil, está invariavelmente associado a uma questão de gênero, desvelando uma divisão sexista do trabalho, que recai principalmente sobre mulheres negras. Como analisam Carneiro (2003) e González (1984), a condição de subalternidade da mulher negra no Brasil ocorre de forma contínua, visto que, no passado foram forçadas a ocupar espaços secundarizados de labor, como mucamas, amas de leite, escravizadas; no presente, esses espaços foram substituídos pelo emprego doméstico baseado na exploração e negação de direitos trabalhistas, serviços gerais e outros espaços precarizados.

Em razão desse contexto, no 27 de abril de 2023, a Negras Mahin realiza uma postagem em formato carrossel (figuras 12 e 13), visando, mais uma vez, elucidar às trabalhadoras domésticas sobre seus direitos. Entretanto, dessa vez, acentuam também na publicação o elemento gênero, trazendo um componente a mais para o público pensar, quanto à divisão sexo-gênero indicada por Carneiro (2002).

Figura 12 – Direitos das domésticas (2)



Fonte: Instagram da Coletiva Negras Mahin.

Figura 13 – Direitos das domésticas (3)



Fonte: Instagram da Coletiva Negras Mahin.

Por meio dessa postagem em carrossel, é possível observar a construção do saber que emancipa, que constrói entendimento e força para lutar, chamando a atenção também sobre as questões de gênero que estão imbricadas na divisão sexual do trabalho. Em 27 de abril de 2023 foram comemorados os 10 anos da aprovação da PEC 66/12 e, entre os anos de 2020 e 2023, intensificados pela pandemia de covid-19²⁴, como alertou a Negras Mahin na postagem de 2021, eclodiram diversos casos de mulheres negras que faziam trabalho doméstico análogo a escravidão. A luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas é debate de interesse das mulheres negras interseccionadas por suas identidades oriundas de grupos minoritários e historicamente silenciados.

Conforme analisado por Gomes (2020, p. 366-367),

As ativistas negras indagam o machismo dentro do próprio Movimento Negro e desafiam os homens ativistas a repensarem, mudarem de postura e de atitude nas suas relações políticas e pessoais com as mulheres. Denunciam a violência machista dentro do próprio Movimento Negro e demais movimentos sociais, nas relações

²⁴ Entre os anos de 2020 e 2023, o mundo enfrentou, em escala global, uma pandemia do novo coronavírus, desencadeador da Covid-19, uma doença que pode ser fatal e implicou na adoção de diversas medidas sanitárias, incluindo o isolamento/distanciamento social. Até a data de 17 de junho de 2023, o Brasil acumulou 37.656.050 casos de covid-19 e 703.719 óbitos oficialmente confirmados por covid-19, segundo informações disponíveis em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 24 jun. 2023.

domésticas, nas disputas internas quer sejam no emprego, nos movimentos, nos sindicatos e nos partidos. Elas reeducam o próprio feminismo, aos homens e mulheres brancos, de outros pertencimentos étnico-raciais e a elas mesmas.

Associamos, nessa perspectiva, as postagens apresentadas pelas referidas Coletivas, nas quais se destaca o protagonismo feminino, à perspectiva de que essas postagens, em conjunto, ao apresentarem saberes emancipatórios, indicam às mulheres caminhos de criticidade e empoderamento. Nesse sentido, propiciam tanto uma reflexão em perspectiva política, identitária e/ou estético-corpórea, conforme se dividem os saberes emancipatórios (GOMES, 2020), como também impulsionam, indicam, visibilizam às mulheres negras caminhos e perspectivas de que construam realidades outras. Esse viés pode ser percebido também nos posts da Coletiva Abayomi, nos quais reproduzem a hashtag #abayomiindica, isto é, a partir do linguajar próprio às redes, a Coletiva indica leituras, filmes, dicas culturais que se relacionem aos temas abordados por essa organização, no tocante à vida e às experiências de mulheres negras (figuras 14 e 15).

Figura 14 – Abayomi indica (I)



Fonte: Instagram da Coletiva Abayomi.

Figura 15 – Abayomi indica (II)



Fonte: Instagram da Coletiva Abayomi.

Na figura 14, podemos observar a apresentação da *Série UNESCO: Mulheres na história de África*²⁵. Nessa publicação, há o indicativo de saberes que emancipam e ultrapassam a fronteira do teórico, visto que a leitura apresentada como dica é uma série feita pela UNESCO, direcionada a publicizar narrativas sobre mulheres negras que fizeram história e se destacaram no Continente Africano. Já na figura 15, há uma postagem em que a Abayomi indica a leitura de *Vozes-Mulheres*, livro de poemas de Conceição Evaristo. Além do prazer que essas duas leituras podem trazer, compreendemos que os textos indicados podem sugerir também representação e identificação, considerando o viés identitário e o estético-político que os saberes emancipatórios podem ter (GOMES, 2020).

Destacamos, ainda, os muitos sentidos relacionados a Conceição Evaristo, que é, na atualidade, uma das principais escritoras negras do Brasil. Vemos, desse modo, a busca pela construção de conhecimento que a obra e vida de Conceição trazem: intelectual, militante antirracismo e do feminismo negro. Mulher negra, periférica, como tantas que se encontram nesse país. Mulheres negras que se destacam em

²⁵ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) com sede em Paris, fundada em 4 de novembro de 1946 com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20747-unesco>

África e Conceição Evaristo são figuras que marcam a representatividade, que mostram que ser mulher negra é também ocupar espaços, ressignificando o ser mulher e negra na sociedade em que vivemos.

Para finalizarmos essa seção, no que concerne aos saberes emancipatórios, destacamos mais uma postagem da Coletiva Abayomi, na qual o tema abordado é racismo religioso. Conforme apresentado por Gomes (2020, p.362),

A partir do ano de 2016, o Brasil vive tempos de muitas incertezas e ataques à institucionalidade democrática. [...] incertezas culturais diante do crescimento da cultura do ódio, da intolerância e do medo; incertezas sociais diante do aumento da pobreza, das desigualdades e da violência; [...] incertezas emocionais diante da força psicológica e destruidora do racismo, principalmente, sobre a autoestima de tantas crianças, jovens e adultos negros e pobres; incertezas religiosas diante do ataque neopentecostal às religiões de matriz afro-brasileira.

Frente a essas incertezas, que se acentuaram a partir de 2016, mas são históricas, as populações negras praticantes do candomblé e da umbanda, por exemplo, têm sido constantes alvos do racismo, da intolerância religiosa. Entretanto, muitas pessoas que sofrem com isso sequer sabem que são vítimas de um crime. Desse modo, postagens como as das figuras 16 e 17 são muito importante, dado que possibilitam uma instrumentalização quanto ao conhecimento sobre racismo religioso e a indicação de quais caminhos seguir para a denúncia.

Figura 16 – Racismo religioso (I)



Fonte: Instagram da Coletiva Abayomi.

Figura 17 – Racismo religioso (II)



Fonte: Instagram da Coletiva Abayomi.

A postagem representada nas figuras 16 e 17 é composta por três cards, nos quais as ativistas da Abayomi explicam o que é racismo religioso, trazendo um conceito para esse crime; e exemplificam, a partir de um episódio que ocorreu num programa da Paraíba, cuja situação também foi explicada na legenda do post. Nesta, a Coletiva também aproveita para elucidar sobre como proceder frente a uma ataque racista e como denunciar. Os saberes apresentados nessa postagem constituem, assim, um saber emancipatório que educa e mostra caminhos para luta contra o racismo.

Desse modo, a configuração dos saberes emancipatórios está presente na maioria das postagens tanto da coletiva Negras Mahin quanto Abayomi, dado que as publicações buscam, ao mesmo tempo, trazer à luz o racismo no Brasil, e ensejar a resistência antirracista e a emancipação de mulheres negras. Para tanto, o conteúdo veiculado visa informar, educar sobre a longa caminhada que existe pela frente e rememorar a ancestralidade. Há, nessa perspectiva, uma reconstrução da identidade da população negra, que sofreu durante séculos variadas tentativas de extermínio e segue sofrendo, a fim de construir conhecimento que liberta e encaminha, por meio de agenciamentos, à emancipação.

4.1.2 Agenciamento político afrofeminista nas redes sociais das Coletivas Negras Mahin e Abayomi

Por agenciamento político afrofeminista, neste estudo, entendemos o trabalho realizado por ativistas feministas negras que, a partir de experiências pessoais e coletivas, encaminham mulheres também negras ao agenciamento de outros modos de agir, perceber e atuar em suas realidades. Isso possibilita, conforme indica Puar (2013), a ocupação, a operação e a ascensão de caminhos que, em nosso caso, levam à emancipação das mulheres negras, em um processo de negociação entre os saberes emancipatórios, a emancipação e o empoderamento experienciados por esse grupo social.

Entendemos, ainda, que o agenciamento, isto é, a mobilização de saberes, instrumentos e pessoas visando a determinada finalidade (SAVAGE, 2022), entrecruza-se, na perspectiva aqui analisada, às epistemologias negras, aos saberes emancipatórios e às questões de gênero. Ao pensarmos um agenciamento político afrofeminista, ressaltamos que é um conhecimento e uma instrumentalização, direcionados às mulheres negras, fundamentados em uma noção amplificada de política, no sentido de compreender a política como o campo no qual são vivenciadas as experiências sociais e não exclusivamente no âmbito dos cargos políticos.

Ao buscarmos analisar o agenciamento político afrofeminista realizado a partir do ciberativismo de mulheres negras vinculadas ao feminismo negro, nos concentramos, assim como fizemos na categoria saberes emancipatórios, no Instagram das Coletivas Negras Mahin, situado na Bahia, e Abayomi, na Paraíba. Considerando que são organizações constituídas por mulheres negras tendo como público-alvo prioritário mulheres também negras, direcionamos nosso olhar para o agenciamento político afrofeminista apresentado na postagem (Figuras 18 e 19) do dia 08 de março de 2023, data em que se comemora o dia internacional das mulheres.

Sugestivamente, a postagem, feita em carrossel, traz em sua primeira imagem (Figura 18) os seguintes dizeres: em destaque na cor lilás, “Contrariando a lógica da desumanização das mulheres negras,”; em letra bastão, “O que falta para sermos tratadas como mulheres?”

Figura 18 – Dia das mulheres (Abayomi)



Fonte: Instagram da Coletiva Abayomi.

Se o primeiro card traz, ao mesmo tempo, uma provocação (O que falta?) e uma denúncia (as mulheres negras são desumanizadas), as demais imagens (10, no total), apresentam mulheres integrantes da Abayomi segurando cartazes. Em cada imagem, sob a pergunta “O que nós queremos?”, cada integrante apresenta sua resposta à pergunta (Figura 19).

Figura 19 – Dia das mulheres 2 (Abayomi)





Fonte: Instagram da Coletiva Abayomi.

Em resposta à fala de Sojourner Truth, “e eu não sou uma mulher?”; a Coletiva faz uma postagem com fotos de mulheres que apresentam textualmente o que falta para mulheres negras serem tratadas como mulheres: Do acolhimento à liberdade, da valorização enquanto sujeitas de direito e mulheres ao respeito. De cuidado e atenção ao respeito à religiosidade e, por fim, uma sociedade livre do racismo, gozando de boa saúde mental e afeto, são as respostas indicadas por essas mulheres para que sejam reconhecidas socialmente como tal. Entendemos que ainda há um longo caminho a percorrer, contudo, postagens assim conclamam as mulheres a pensarem sobre a sua condição e a responderem, elas também, sobre o que entendem faltar para que esse reconhecimento ocorra.

Entretanto, destacamos que, como indicado por Alves (2019), em seu estudo sobre mulheres negras, indígenas, quilombolas e ribeirinhas na universidade,

Entendemos que apesar de compartilhar experiências comuns, cada uma delas [mulheres negras, indígenas, quilombolas e ribeirinhas], ainda que pertencentes ao mesmo grupo racial, vivencia de maneira muito particular este processo. Contudo, o que queremos ressaltar é

que, em maior ou menor grau, cada uma de nós, mulheres negras, indígenas, quilombolas, somos afetadas pelo racismo, machismo e pelo colonialismo que se dá pela condescendência, estereótipos, indiferença, silenciamento, ausência de oportunidades etc., de modo que, a experiência do racismo e do colonialismo é comum entre nós. (ALVES, 2019, p. 85).

Assim, compreendemos que, por mais que cada mulher da Abayomi dê a sua resposta pessoal à questão, há aí sentidos implícitos que também são atravessados por uma coletividade, pela política da interação e vivências cotidianas. Isso conduz a um agenciamento que induz aos questionamentos sobre o viver e a pensar sobre como mudar essa realidade, o que também já encaminha a debater sobre possíveis caminhos que ensejam as mudanças desejadas.

Esse encaminhamento sobre o qual aqui falamos pode ser traduzido também como o agenciamento realizado (SAVAGE, 2022), no sentido de conduzir a perspectivas que sejam diferentes, que possam ser modificadas pela atuação das mulheres negras. Voltando ao estudo de Alves (2019), ela analisa que foi exatamente esse processo de mudança que ocorreu com a entrada de mulheres negras, quilombolas, indígenas na universidade, o que levou ao questionamento das certezas acadêmicas consolidadas pelo colonialismo. Para a autora,

a universidade deve ser vista como território epistêmico, no qual a participação de indígenas, negras, quilombolas e ribeirinhas se estabelece a partir de lógicas diversas de compreensão de mundos. O que significa, novas epistemologias, subjetividades e ontologias compartilhando o território acadêmico. Deste modo, é necessário repensar não apenas formas e métodos de produção de conhecimento, mas antes de tudo, repensar os próprios conhecimentos. A academia e a antropologia precisam se desprender de vez da prerrogativa de possuidoras dos únicos discursos válidos sobre as realidades sociais e se abrir definitivamente ao diálogo com as epistemologias das quais a ciência sempre bebeu seu conhecimento. [...] O intuito é consolidar uma crítica das estruturas sociais que cristalizaram esses grupos sociais, principalmente as mulheres, no lugar do silenciamento e da inferioridade. (ALVES, 2019, p. 84).

Essas mudanças que se iniciam nas universidades são também fruto dos ativismos negros que intercambiam experiências entre epistemologias dissidentes, reunindo práticas sociais, vivências presenciais e ciberativismo feminino negro. A partir das figuras 20 e 21, que reproduzem duas postagens da Coletiva Abayomi,

realizadas ambas no mês de março, dedicado às mulheres, podemos perceber a interseccionalidade entre tais práticas, epistemologias e vivências (presenciais e virtuais).

Figura 20 – Mês das mulheres (Abayomi)



Fonte: Instagram da Coletiva Abayomi.

Figura 21 – Mês das mulheres 2 (Abayomi)



Fonte: Instagram da Coletiva Abayomi.

Ao observarmos os dois posts acima, conectados pelo ser mulher negra, temos a frase de Jurema Venneck, “a gente é mulher negra, não mulher e negra” (figura 20) e o card seguinte (figura 21), que aponta, “nós somos realeza”. Temos à nossa frente a interseccionalidade apresentada, ser mulher negra são identidades que se interseccionam na vivência, na existência e, ainda que a colonização tenha tentado apagar a identidade e ancestralidade do povo negro, “nós somos realeza”. Sujeitos de direito, pessoas com voz, que precisam ocupar espaços diversos.

Consideramos, nesse sentido, que há uma aproximação que dialoga entre epistemologias dissidentes, com a fala da pesquisadora negra brasileira Jurema Werneck; vivências presenciais, com a realização dos encontros da Coletiva, bem como de oficinas realizadas por essa organização; e práticas sociais, com a atuação antirracista que encaminha à luta política e à valorização de saberes, culturas e belezas negras. Observamos que, aqui, o agenciamento político afrofemino ancora-se nos saberes emancipatórios, quando traz a reafirmação e a representatividade da beleza negra, no que tange à inter-relação de saberes políticos, identitários e estético-corpóreos, como indicado por Gomes (2020).

Em sua análise, Gomes (2020) destaca o papel da juventude, das mulheres negras e do ciberativismo, no processo de agenciamento da compreensão e reafirmação da beleza negra, bem como dos direitos das mulheres negras. Conforme discutido pela autora,

Essa juventude, principalmente as mulheres, realiza marchas do Orgulho Crespo, ações como o Encrespa Geral, eventos de empoderamento crespo, páginas específicas no Facebook, programas no Youtube, blogs e tutoriais de beleza negra. Compreendem como o corpo e o cabelo são importantes símbolos de construção da identidade negra. Politizam, do seu jeito, o conceito de beleza negra. Os saberes estéticos-corpóreos também fazem parte de uma série de lutas e ensinamentos das mulheres negras. Numa articulação internacional, as mulheres negras ativistas construíram politicamente o Dia da Mulher Afrolatinoamericana e Afrocaribenha, dia 25 de julho. No Brasil, essa data ganhou uma amplitude institucional e passou a fazer parte do processo de reeducação do Estado brasileiro em relação ao reconhecimento da luta das mulheres negras. (GOMES, 2020, p. 367).

A partir da fala de Gomes (2020), podemos perceber que o processo de reafirmação da beleza negra é impulsionado pelo viés político da representatividade estética e identitária. Entretanto, não se trata somente de uma questão puramente estética, mas sim da politização da beleza, enquanto consolidação e enfrentamento a padrões estético-corpóreos que negam a beleza e a humanidade de corporalidades negras.

Figura 22 – Dia das mulheres (Negras Mahin)



Fonte: Instagram da Coletiva Negras Mahin.

Frente a essas questões, em nosso entender, o agenciamento político afrofemino, na via apresentada por meio do ciberativismo das coletivas Negras Mahin e Abayomi, se dá, sobretudo, na publicização de informações concernentes a ter direitos e no reconhecimento de tais direitos. Essa perspectiva pode ser observada numa série de postagens (Figura 22 a 24) realizadas por essas coletivas. Nas publicações feitas pela Negras Mahin (Figuras 22 e 23), observamos como, a partir da data comemorativa dia das mulheres, essa organização publiciza e exalta os direitos que as mulheres negras têm, conclamando à luta nas ruas por políticas públicas. Há, nesse sentido, uma reafirmação de direitos e um agenciamento para a luta política nas ruas, em marcha, pela implantação e implementação de políticas públicas que beneficiem às mulheres negras, o que é fruto das lutas do Movimento Negro e do Movimento feminista negro (GOMES, 2020; LIMA, 2019; ALVES, 2019).

O dia 8 de março, instituído com dia internacional da mulher, é dia de luta, dia em que os olhos do mundo se viram para as mulheres. O post apresentado anteriormente (figura 22), pela Coletiva Negras Mahin, traz um viés de luta incansável pelos direitos das mulheres negras que são marginalizadas dentro da sociedade brasileira, particularizando para o que ocorre na Bahia, conforme observado no card. Através deste post, a Coletiva apresenta-se atenta e vigilante sobre aquelas que são invisibilizadas na sociedade, explicitando um agenciamento político que atravessa outras postagens dessa coletiva, a exemplo da que reproduzimos na Figura 23.

Figura 23 – Dia das mulheres (Negras Mahin)



Fonte: Instagram da Coletiva Negras Mahin

Seguindo ainda pelas lutas e reivindicações do dia 8 de março, a postagem da Coletiva Negras Mahin (figura 23) saúda mulheres negras que lutaram e lutam pela direito à voz, pelo direito que negras e negros têm de serem sujeitos e sujeitas de direito. Observamos, assim, a marcação política da luta por direitos como um viés do agenciamento político afrofeminista, ao mesmo tempo em que denuncia a pobreza, o racismo, o sexismo, o machismo, as condições desiguais em que as mulheres negras estão inseridas. Essa perspectiva se traduz na luta por políticas públicas e ações que visem dirimir o racismo e o sexismo dentro da sociedade brasileira, o que é também adotado pela Coletiva Abayomi, ao falar, por exemplo, sobre a luta das empregadas domésticas e de Laudelina Melo (figura 24).

Figura 24 – Laudelina Melo



Fonte: Instagram da Coletiva Abayomi.

Assim como a Coletiva Negras Mahin, a Abayomi traz a discussão acerca da PEC 66/2012, também chamada PEC das empregadas. Em sua postagem, essa organização apresenta dados do ano de 2022 do Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE), que afirmam que, a cada quatro trabalhadoras domésticas, três trabalham sem carteira assinada. A coletiva traz ainda, junto com o chamamento à luta, a memória de Laudelina de Campos Melo, militante da causa das empregadas domésticas e figura histórica de destaque da sociedade brasileira.

Carvalho e Dias (2019) elucidam que os direitos das mulheres só passaram a ser internacionalmente reconhecidos de modo oficial como direitos humanos em 2000, na Conferência de Direitos Humanos, em Viena. As autoras indicam que “O trabalho das mulheres negras continua em constante movimento e se multiplica por toda América Latina” (CARVALHO; DIAS, 2019, p. 124), a exemplo da atuação de feministas negras no fórum “A Quatro Anos do Decênio: Alcances e Desafios do

Observatório da Plataforma Política das Mulheres Afrodescendentes”, referindo-se à Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024, na Colômbia, em 2018 (CARVALHO; DIAS, 2019). De acordo com as pesquisadoras,

Este evento contou com a participação de representantes de 22 países das Américas. Ao final, foi-se produzido a Carta de Cali, declaração para ser apresentada aos governos dos países ali representados, apresentando as demandas das mulheres negras da região. Dentre as demandas apresentadas na carta, foram-se exigidos direitos das mulheres negras no campo da educação, autonomia política, território, ao censo, à soberania e segurança alimentar, à saúde, à participação política, além de exigências aos governos ali representados:

‘1. Que os países signatários da Década de Afrodescendentes 2015-2024 cumpram integralmente os compromissos de paz, justiça e desenvolvimento adquiridos mediante sua assinatura dentro de suas políticas públicas, incluindo o reconhecimento constitucional das e dos afrodescendentes nos países onde eles ainda permanecem legalmente ignorados. 2. Que cada país se comprometa a cumprir o acordo da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e as Formas Correlatas de Intolerância. 3. Exigimos que pare a perseguição política contra as mulheres afrodescendentes por serem líderes sociais nos territórios. 4. Que os acordos da Conferência de Durban sejam respeitados a fim de alimentar, tornar visível e resgatar o compromisso político ali proposto como principal documento e rota de ação para as mulheres afrodescendentes no planeta. 5. Que cada país crie uma instituição governamental de questões afrodescendentes para que o Estado responda a essas necessidades. 6. Que a construção e implementação de políticas públicas que garantam o gozo dos direitos das mulheres afrodescendentes sejam favorecidas.’ (CARVALHO; DIAS, 2019, p. 124-125).

Ao trazermos as elucidações de Carvalho e Dias (2019), bem como a reprodução parcial da Carta de Cali, buscamos enfatizar que, na perspectiva do agenciamento político afrofeminista, a busca por direitos e pela implantação de políticas públicas alinha-se à necessidade de representatividade das mulheres negras no legislativo brasileiro. Frente a essa compreensão, a Coletiva Negras Mahin, durante o período de campanha para presidente da república, senadores, governadores e deputados, buscou realizar intensa campanha política para Vilma Reis (Figura 25) e demais candidaturas negras, bem como para a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, para presidente.

Entendemos que o apoio a Luís Inácio se dá por ser ele nordestino, trabalhador e, quando assumiu a presidência anteriormente, implantou muitas políticas públicas

que beneficiaram às mulheres negras, incluindo a PEC das Domésticas. Esse apoio é também uma forma de opor-se aos muitos retrocessos que estavam/estão ocorrendo no Brasil, a partir de uma agenda conservadora, racista e antifeminista, representada pelo então presidente em 2022, Jair Bolsonaro.

Por sua vez, o apoio irrestrito a Vilma Reis se dá, não apenas pelo histórico de luta e militância dessa pesquisadora, mas também pelo fato de ela ser uma presença constante nas atividades da Negras Mahin, bem como integrante dessa organização.

Figura 25 – Vilma Reis



Fonte: Instagram da Coletiva Negras Mahin.

Na publicação (figura 25), a Coletiva Negras Mahin anuncia a pré-candidatura de professora Vilma Reis. A Coletiva convida a “pensar juntos um projeto coletivo para a população negra no cenário legislativo federal.” Nesse sentido, a Negras Mahin agencia para a necessidade de pensar um projeto coletivo para a população negra nas três esferas do poder (legislativo, executivo e judiciário), o que revela a urgência de eleição de lideranças negras, que possam representar essa população, especialmente mulheres negras, como foi também indicado na Carta de Cali, apresentada neste estudo anteriormente.

Essa representatividade, contudo, não deve ocorrer apenas no legislativo ou nas três esferas do poder, mas sim em todos os campos sociais, como tem sido defendido pelas feministas negras. Disso decorre a importância do ciberativismo negro feminino, como forma de promover o agenciamento político afrofeminista, que conduz à ocupação, por parte das mulheres negras, desses diversos lugares sociais. Conforme elucidamos anteriormente, acreditamos que esse agenciamento se dá, também, a partir das epistemologias dissidentes, dos saberes emancipatórios, da ocupação das universidades, das redes sociais e da promoção do letramento racial, como instrumento de agenciamento para práticas antirracistas.

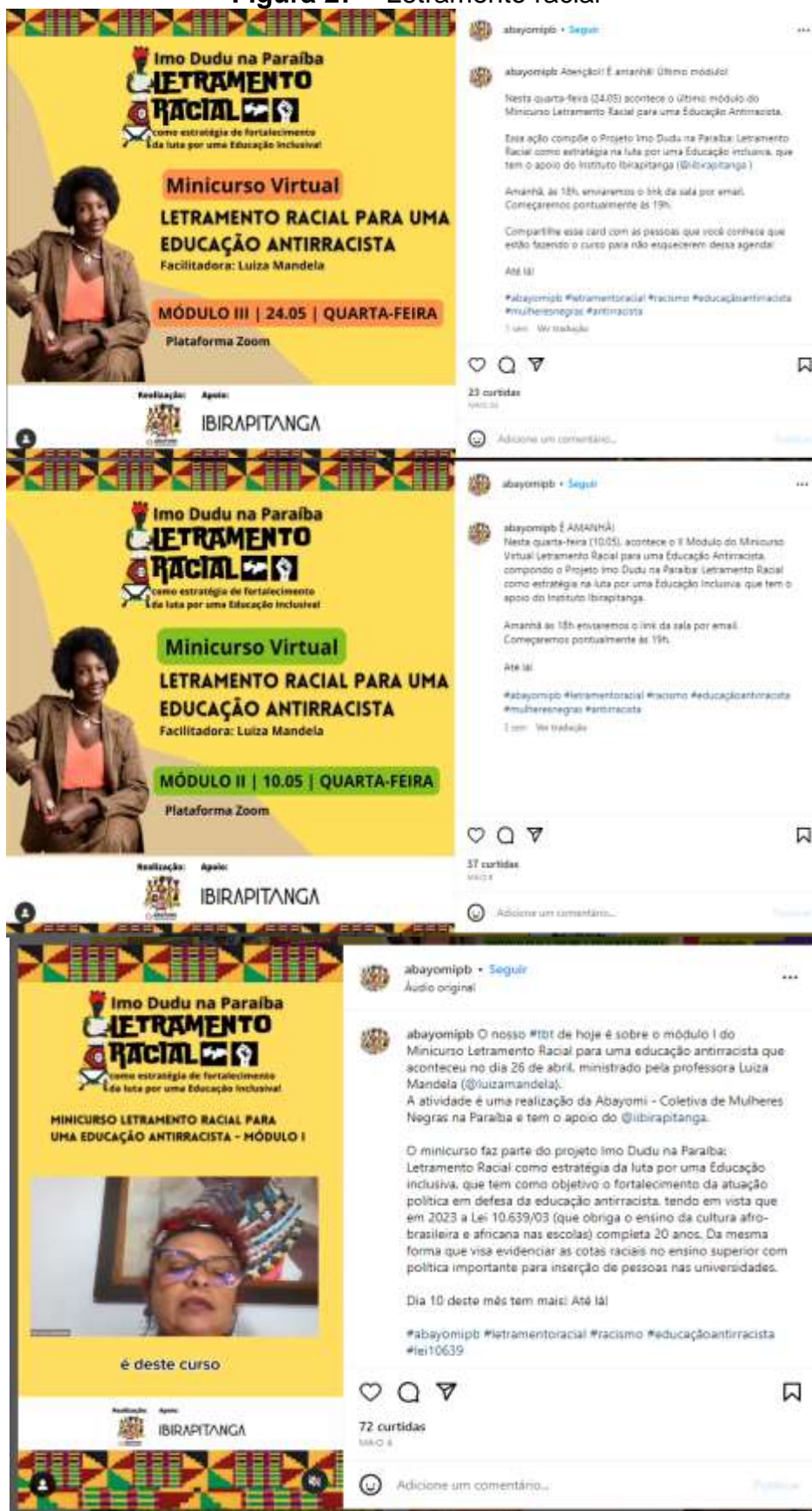
Entendemos que essa perspectiva do agenciamento político afrofeminista é representada nas figuras 26 e 27, a seguir, publicadas por ambas as Coletivas.

Figura 26 – Webnário de mulheres negras



Fonte: Instagram da Coletiva Negras Mahin.

Figura 27 – Letramento racial



Fonte: Instagram da Coletiva Abayomi.

A postagem compartilhada pela Negras Mahin (figura 26) trata-se de um convite para discutir o movimento de mulheres negras na pandemia de covid-19 e no pós-pandemia. O webnário para o qual é feito o convite integra as movimentações de julho em que se celebra o mês da mulher negra latino-americana e caribenha, que se tornou também, institucionalmente, uma data em que há maior mobilização social para as políticas públicas que buscam beneficiar essa população.

Já na figura 27, reunimos três postagens da Coletiva Abayomi, as quais indicam uma ação em curso, que se inter-relaciona aos saberes emancipatórios, mas que se desdobra em participação e atuação política na sociedade, à medida em que o minicurso de letramento racial para uma educação antirracista apresenta-se como um estratégia de luta por uma educação inclusiva. Por sua vez, essa educação é construída sob a égide do conhecimento libertador e demarcado pela desconstrução dos saberes coloniais que permeiam a educação brasileira. Todavia, destacamos que os letramentos raciais têm uma atuação que vai além da educação, conclamando a uma postura antirracista que se apresenta em toda a sociedade.

Reiteramos, após as análises aqui apresentadas, que entendemos que o agenciamento político afrofeminista se alinha à produção e publicização dos saberes emancipatórios, entendidos ambos como instrumentos para a melhoria da vida das mulheres negras. Nesse processo, o ciberativismo de mulheres negras feministas tem um importante papel, tanto na busca por novos públicos, que não estão necessariamente dentro das universidades, buscando dialogar com toda a sociedade, quanto na luta por direitos e na luta para a humanização das mulheres negras, entendidas e que se entendam como sujeitas que têm direito a ter direitos. E que precisam buscar, juntas, pela efetivação desses direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A professora Nilma Lino Gomes afirma que a luta contra as desigualdades sociais e racismo devem ser combatidas de maneira cabal. Apresentamos o Movimento Negro como um movimento educador, emancipatório, aquele que, à medida que ensina, denuncia o racismo, a escravidão, as teorias raciais. Ao construir saberes, o Movimento Negro produz saberes que rasuram a ótica racista, reconstruindo, portanto, a narrativa, as teorias construídas em torno de si.

Junto ao Movimento Negro, encontramos mulheres negras que trouxeram e trazem à baila as suas especificidades. Carla Akotirene aponta que é da mulher negra que nasce a interseccionalidade. E, de fato, é essa mulher negra que é interseccionada por gênero, raça e classe. Intelectuais como Sueli Carneiro, Lélia Gonzales, Luiza Bairros, Mãe Stella de Oxóssi, dentre outras, foram e são cruciais para a compreensão do que é ser mulher e negra dentro da sociedade brasileira e situar não somente o Movimento Negro, mas também o movimento feminista hegemonicamente branco, indicando que as lutas que permeiam a existência da mulher negra nem sempre foram contempladas por esses dois movimentos, o que levou à necessidade de um agenciamento político afrofeminista, para a construção de saberes emancipatórios que visassem, ainda, à efetivação de políticas públicas voltadas às mulheres negras.

Dessa atuação, dentro do feminismo, Movimento Negro e na própria academia, elas subverteram e desconstruíram pensamentos e teorias. Com o avanço da tecnologia, as redes sociais, em particular, o *Instagram*, configuram-se como território fértil para a construção de saberes e agenciamentos. Essa rede tem um papel importante no contexto sociopolítico e apresenta-se como espaço de formação de pensamento crítico, considerando as possibilidades efetivadas por uma perspectiva educacional alinhada ao ciberativismo.

É por intermédio das redes sociais, em particular o *Instagram*, que Coletivas como a Negras Mahin e Abayomi, formadas por mulheres negras, militantes e acadêmicas, podem ultrapassar os muros da academia e acessar à comunidade negra que, não necessariamente, faz parte da academia. As coletivas Negras Mahin e Abayomi comunicam-se de forma dinâmica possuindo um alvo em comum:

superação do racismo, do patriarcado e da desigualdade de classe, visando a propiciar empoderamento e melhores condições de vida para a população negra, sobretudo às mulheres negras.

A rede social *Instagram* é uma ferramenta de apoio ao ciberativismo entre mulheres negras, sendo esse o foco de nossa dissertação. A partir da análise das postagens das coletivas Negras Mahin e Abayomi, pudemos observar construção de saberes emancipatórios e de agenciamento político afrofeminista, com base nas postagens dessas coletivas. Seja trazendo informações sobre figuras de destaque do Movimento Negro, seja trazendo informações que resgatem e ajudem a reconstruir a identidade negra ou mesmo reivindicando direitos, espaços de fala e ação, trazendo as mulheres negras como sujeitas políticas ativas e capazes de modificar e mover estruturas em prol de uma sociedade justa e igualitária.

É importante ressaltar que a ação dessas coletivas se dá em um espaço mutável, o avanço da tecnologia torna as ferramentas em coisas obsoletas com muita rapidez. Além disso, as coletivas funcionam em meio virtual e real, confrontando a sociedade, o meio político, não se valendo exclusivamente do espaço virtual, mas o utilizando para otimizar e ampliar vozes de mulheres negras em busca de projetos, propostas e mudanças que ultrapassem o virtual e se transformem em mudanças reais na sociedade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, K. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén; Sueli Carneiro, 2019.

ALMEIDA, S. L. Discurso de posse como Ministro dos Direitos Humanos. *In*: CONGRESSO EM FOCO. “Vocês existem e são valiosos para nós”: Leia a íntegra do discurso de Silvio Almeida. **Congresso em foco**, Brasília, DF, 03 jan. 2023. Disponível em: <https://abre.ai/fEpn>. Acesso em: 6 dez. 2023.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. Coleção Feminismos Plurais.

ALMEIDA, Katianne de Souza. Fissuras epistêmicas: ilustrações e pensamentos feministas negros. **Humanidades e Inovação**. Edição especial: Epistemologias e feminismos negros. Palmas, v. 6, n. 16, p. 109-117, 2019. ISSN: 2358-8322.

ALMEIDA, Magali da Silva. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. *In*: **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social**: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p. 136-148.

ALVES, Lidiane da Conceição. Reivindicando o território epistêmico: mulheres negras, indígenas e quilombolas interpellando a antropologia. **Humanidades e Inovação**. Edição especial: Epistemologias e feminismos negros. Palmas, v. 6, n. 16, p. 82-94, 2019. ISSN: 2358-8322.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BENTO, Maria Aparecida Silva. PACTOS NARCÍSICOS NO RACISMO: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. 169 f. Tese(doutorado em Psicologia da Aprendizagem do Desenvolvimento e da Personalidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRITO, M.L.A; COSTA, M.A.C. A utilização da ferramenta Instagram para impulsionar o crescimento de uma pequena empresa. **e-Acadêmica**, v.1,n.2,e8,2020. Disponível em <https://eacademica.org>> Acesso 20 jul 2023.

CARDOSO, Cláudia Pons. Por uma epistemologia feminista negra do sul: experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. *In*: 13 Mundo de

Mulheres e Fazendo Gênero. **Anais...** Salvador, 2017. Disponível em: www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499452943_ARQUIVO_simpositextofazendogenero13.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 12 fev. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Raça e gênero. *In*: CRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002. p. 69-193.

CARVALHO, Lízia de Oliveira; DIAS, Luciana de Oliveira. Contribuições dos feminismos negros brasileiros aos feminismos transnacionais **Humanidades e Inovação**. Edição especial: Epistemologias e feminismos negros. Palmas, v. 6, n. 16, p. 118-127, 2019. ISSN: 2358-8322.

DIAS, Luciana de Oliveira. Editorial. **Humanidades e Inovação**. Edição especial: Epistemologias e feminismos negros. Palmas, v. 6, n. 16, 2019. ISSN: 2358-8322.

FIOCRUZ. Fundação Osvaldo Cruz. Ações afirmativas transformam universidades e institutos federais. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fiocruz**. Redação EPSJV - EPSJV/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/acoes-afirmativas-transformam-universidades-e-institutos-federais>. Acesso em: 01 ago. 2023.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011. 239 p. – (Coleção Cibercultura)

GHEDIN, E.; FRANCO M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em Educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOMES, N. L. A força educativa e emancipatória do movimento negro em tempos de fragilidade democrática. **Revista Teias**, [s. l.], v. 21, n. 62, p. 360-371, jul./set. 2020. DOI: 10.12957/teias.%Y.49715.

GOMES, N. L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2011v10n18p133>.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro. Zahar, 2020.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HALAVAIS, Alexandre. Prefácio. *In*: FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 11-16.

HALL, S. Raça, o significante flutuante. **Z Cultural: Revista do Programa Avançado em cultura contemporânea**, [s. l.], ano VIII, n. 2, 2015. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. Tradução e revisão de Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 22 ago. 2021.

HALL, STUART. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Instagram: @calenegrooficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cr25rkuO3h7/>. Acesso em 20 de maio de 2023.

Instagram: @calenegrooficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CrvNvj5OLXq/>. Acesso em 20 de maio de 2023.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LEMOS, André. **Ciberativismo**. Salvador – BA, 2006. Disponível em: <http://www.andrelemos.info/artigos/ciberativismo.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

LEMOS, André. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. *In*: LEMOS, A; CUNHA, P. (org.). **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 1-33.

LIMA, Dulci. Feminismo negro e ciberativismo no Brasil. **Entropia**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 05–21, 2022. Disponível em: <https://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/392>. Acesso em: 20 jun. 2023.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis – SC, vol. 22, n. 3, set./dez. 2014.

MEIRELLES, Pedro. Pesquisa acadêmica com dados de mídias sociais: por onde começar? **Insightee**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://insightee.com.br/blog/pesquisa-academica-com-dados-de-midias-sociais-por-onde-comecar/>. Acesso em: 12 mai. 2023.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251728/mod_resource/content/0/op%C3%A7%C3%A3o%20descolonial%20walter%20mignolo.pdf. Acesso em: 16 dez. 2022.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasnocoesDeRacaRacismoidentidadeEEtnia.pdf. Acesso 21 de abril de 2023.

MUNANGA, K. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cota**. Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Tradução. Brasília: INEP 2003. Disponível em: biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_PoliticadeAcaoAfirmativaEmBeneficioDaPopulacaoNegraNoBrasilUmPontoDeVistaEmDefesaDeCotas.pdf. Acesso em: 21 de abril de 2023.

NUNES, Samarone. Gênero e corpo em devir: prospecção decolonial a partir do feminismo negro brasileiro. **Humanidades e Inovação**. Edição especial: Epistemologias e feminismos negros. Palmas, v. 6, n. 16, p. 201-211, 2019. ISSN: 2358-8322.

PUAR, J. “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 343-370, jul./dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.46560/meritum.v8i2.2171>.

PRENSKY, Marc. Digital Natives, Digital Immigrants Part 1. **On the Horizon**, v. 9, n. 5, Sept./Oct. 2001.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora de uma reconsideração radical? Tradução de Almiro Pisetta. *In*: SIGNORINI, Inês (Org.). **Lingua(gem) e Identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, B. A. **Conheça Gertrudes Maria, escravizada que lutou por liberdade na Justiça, mesmo depois de comprar carta de alforria.** G1, Paraiba, 20 nov. 2021.

RODRIGUES, C.; FREITAS, V. G. Ativismo negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34, e238917, 2021, p. 1-54. DOI: 10.1590/0103-3352.2021.34.238917.

ROSA, E.B.P.R. **Cisheteronormatividade como instituição total.** Cad PET-Filosofia 2020: 18(2):59-103. Disponível em <https://doi.org/10.5380/petfilo.v18i2.68171>.

SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade.** 2ª reimp. São Paulo: Paulus, 2014.

SANTOS, César Mamédio. **Ciberativismo:** as redes sociais e os fenômenos da cibercultura na formação docente. 2022. 119 p. Dissertação [Mestrado]. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro, 2022.

SAVAGE, G. C. O que é agenciamento de políticas? **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, e2220018, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.17.20018.022>.

SILVA, Mona Lisa da. **Das ruas ao ciberespaço:** ativismo e ciberativismo de mulheres negras. 2019. 110f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Centro de Humanidades, Programa Associado de Pós-graduação em Antropologia Social, Fortaleza (CE), 2019.

VAINSENER, Semira Adler. **Mãe Stella de Oxóssi.** Pesquisa Escolar Online Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar-en>. Acesso em 10 de maio de 2023.

VIGANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. **História**. [S. l.], v. 38, e2019054, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019054>. Acesso em: 24 ago. 2023.